

Cristo, o Mediador

W. Gary Crampton, Th.D.

First Presbyterian Church of Rowlett,
Blue Banner E-Books
P O Box 141084
Dallas, TX 75214

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto
felipe@monergismo.com

Monergismo.com
“Ao Senhor Pertence a Salvação”

CONTEÚDO

PREFÁCIO DO PUBLICADOR.....	3
INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO UM: O PLANO ETERNO DE SALVAÇÃO DE DEUS E A TEOLOGIA DO PACTO.....	6
CAPÍTULO DOIS: A PESSOA DE CRISTO	12
O NOME “JESUS”	13
TÍTULOS CRISTOLÓGICOS.....	13
CRISTO	13
SENHOR.....	14
FILHO DO HOMEM.....	15
FILHO DE DAVI.....	15
SERVO	16
PALAVRA DE DEUS	16
DEUS	17
FILHO DE DEUS	18
JESUS CRISTO: UMA PESSOA E DUAS NATUREZAS.....	19
A NATUREZA DIVINA.....	19
A NATUREZA HUMANA	22
A UNIDADE DA PESSOA.....	24
A COMUNICAÇÃO DOS ATRIBUTOS	28
OS ESTADOS DE CRISTO	29
O ESTADO DE HUMILHAÇÃO.....	29
O ESTADO DE EXALTAÇÃO.....	30
CAPÍTULO TRÊS: A OBRA DE CRISTO	32
A TRINDADE.....	32
A OBEDIÊNCIA ATIVA E PASSIVA DE CRISTO	35
OS TRÊS OFÍCIOS DE CRISTO	36
O OFÍCIO DE PROFETA	37
O OFÍCIO DE SACERDOTE.....	38
O OFÍCIO DE REI.....	40
A EXPIAÇÃO.....	42
APÊNDICE: EXCLUSIVISMO CRISTÃO	52

Prefácio do Publicador

Uma vez mais, é o privilégio da *Blue Banner* apresentar ao público leitor uma obra da pena do Dr. Gary Crampton. Previamente, o Dr. Crampton escreveu vários artigos para o jornal da *Blue Banner* e foi o nosso prazer publicar a sua obra, da qual sou co-autor, sobre a doutrina da igreja, *Built Upon The Rock*.

O apóstolo Paulo disse à igreja em Corinto, em *1Coríntios* 2:2, que ele estava determinado a não saber nada entre eles, exceto Jesus Cristo e ele crucificado. Ao fazer tal afirmação, Paulo estava afirmando o caráter central da doutrina da pessoa e obra de Jesus Cristo. Ele mais tarde disse aos mesmos coríntios que a sua regra era pregar “não a nós mesmos, mas a Cristo Jesus como Senhor e a nós mesmos como vossos servos, por amor de Jesus” (*2Coríntios* 4:5).

É vital para a vida cristã, então, que conheçamos a pessoa e obra de Jesus Cristo. Muito tem sido dito nos círculos evangélicos de hoje sobre desejar um “relacionamento antes do que uma religião”. Isso é uma pena, pois na maioria das vezes esse desejo flui de um compromisso, não com o Cristo histórico da Escritura, mas com algum Cristo da própria imaginação da pessoa.

A *Blue Banner* publica esse tratado com a sincera esperança de que pessoas possam chegar a conhecer Jesus Cristo, e assim terem vida eterna, como ensina a Escritura: “E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem [ele] enviaste” (*João* 17:3).

Dr. Richard Bacon

Cristo o Mediador: Um Estudo da Cristologia de Westminster

W. Gary Crampton, Th.D.

Introdução

Foi em Cesaréia de Filipe que Jesus perguntou aos seus discípulos: “E vós, quem dizeis que eu sou?” (*Mateus* 16:15). A pergunta, embora simples, tem a ver com assuntos de consequência eterna. Pedro respondeu ao seu Senhor: “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo” (versículo 16). De acordo com Jesus, nenhuma outra resposta seria satisfatória. Somente essa resposta receberia seu elogio: “Bem-aventurado és, Simão Barjonas, porque não foi carne e sangue que to revelaram, mas meu Pai, que está nos céus” (versículo 17).

Dois mil anos depois o mesmo ainda é verdadeiro. Ainda “não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos” (*Atos* 4:12). Jesus Cristo ainda é “o caminho, a verdade e a vida, [e] ninguém vem ao Pai, exceto através [dele]” (*João* 14:6). O próprio Jesus declarou que o destino eterno de todos os homens depende da crença deles nele: “se não crerdes que EU SOU [o nome pactual para Deus, *Jeová*], morrereis nos vossos pecados” (*João* 8:24). Como o *Breve Catecismo de Westminster* (Q 21) diz: “o único Redentor dos eleitos de Deus é o Senhor Jesus Cristo”.

Certamente João Calvino não exagerou ao manter que para os eleitos de Deus, todos os benefícios, incluindo o seu destino eterno, está baseado em seu conhecimento salvador de (e assim, sua união com) Jesus Cristo:

Pois bem, tendo visto que a soma total e todas as parcelas da nossa salvação estão contidas em Jesus Cristo (*Atos* 4:12), tenhamos o cuidado de não transferir para outros sequer a menor porção que se possa mencionar. Se buscamos salvação, só o nome de Jesus já nos ensina que nele está (*1Coríntios* 1:30). Se desejamos os dons do Espírito Santo, em sua união os encontraremos. Se procuramos poder, este se acha em seu senhorio. Se nos preocupa a obtenção de pureza, esta nos é oferecida em sua concepção. Se é nosso desejo encontrar dulçor e benignidade, temos [esta suave bênção] em sua natividade, pela qual ele foi feito semelhante a nós (*Hebreus* 2:17) para aprender a ser objeto de piedade ou dó (confirme *Hebreus* 5:2). Se clamamos por redenção, nos é dada por sua paixão [e morte sacrificial]. Em sua condenação temos a nossa absolvição. Se desejamos que a maldição seja removida de nós, obtemos esse benefício em sua Cruz (*Gálatas* 3:13). A satisfação [prestada à justiça de Deus] nós a temos em seu sacrifício; a purificação, em seu sangue; a nossa reconciliação é feita por sua descida aos infernos. A mortificação da nossa carne acha-se em seu sepultamento; a novidade de vida, em sua ressurreição, na qual temos a esperança da imortalidade. Se buscamos a herança celestial, é-nos assegurada por sua ascensão. Se procuramos auxílio, consolo, fortaleza e abundância de todos os bens, no seu reino os temos. Se queremos esperar com segurança o juízo, temos juntamente com o juízo o benefício de que ele é o nosso

juiz. Em suma, uma vez que em Cristo estão os depósitos de todas as suas riquezas, de todos os seus bens, é preciso que dele os retiremos, não de outros.¹

Esse sendo o caso, a importância do estudo da doutrina de Cristo (“Cristologia”) dificilmente pode ser super-enfatizada. Tal será o foco desse livro. Os teólogos normalmente subdividem o estudo da Cristologia em duas partes: a Pessoa de Cristo (ontologia: quem ele é) e a obra de Cristo (função: o que ele faz). Essas duas nunca devem ser separadas, mas devem ser distinguidas. E começaremos estudando a Pessoa de Cristo. Pois a obra de Cristo, não importa quão grande ela seja, perde o seu significado se ele não é o Deus-homem como ensinado na Escritura. Antes de começarmos esse estudo, contudo, examinaremos o plano eterno de Deus de salvação e a teologia do pacto.

¹ John Calvin, *Institutes of the Christian Religion*. Vols. I & II, Library of the Christian Classics, John T. McNeill, editor, traduzido por Ford Lewis Battles (Philadelphia: Westminster, 1960), II:16:19.

Capítulo Um: O Plano Eterno de Salvação de Deus e a Teologia do Pacto

De acordo com o capítulo três da *Confissão de Fé de Westminster*:

Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece....

Ainda que Deus sabe tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis, ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições.

Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna....

Esses homens e esses anjos, assim predestinados e preordenados, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído.

Segundo o seu eterno e imutável propósito e segundo o santo conselho e beneplácito da sua vontade, Deus antes que fosse o mundo criado, escolheu em Cristo para a glória eterna os homens que são predestinados para a vida; para o louvor da sua gloriosa graça, ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor, e não por previsão de fé, ou de boas obras e perseverança nelas, ou de qualquer outra coisa na criatura que a isso o movesse, como condição ou causa.

Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito da sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim; os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo, são eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo seu Espírito, que opera no tempo devido, são justificados, adotados, santificados e guardados pelo seu poder por meio da fé salvadora. Além dos eleitos não há nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo.

O que a *Confissão* está definindo aqui é o plano eterno de Deus de salvação. A Bíblia ensina que Deus eternamente decretou todas as coisas que acontecem (*Efésios* 1:4,11; *Isaías* 14:24-27). Nada pode mudar seu decreto soberano. Ele foi estabelecido em sabedoria (*Efésios* 3:9-11), e está eternamente fixado (*Jó* 42:2). Assim como há apenas um decreto, pode haver somente um propósito eterno. Todavia, esse propósito eterno (*prothesis*, que é sempre encontrado no singular: *Efésios* 1:11; 3:11; *Romanos* 8:28; 9:11-13; 2 *Timóteo* 1:9) consiste de várias partes. Portanto, os teólogos geralmente se referem aos “decretos” (plural) divinos.

Além do mais, as várias partes do decreto eterno de Deus deveriam ser vistas como fixadas numa ordem lógica antes do que cronológica. Deus é onisciente. Ele não tem uma sucessão de idéias; isto é, ele não aprende fatos um após o outro. Deus eternamente conhece todas as coisas, simplesmente porque ele é onisciente: “Conhecidas de Deus são todas as suas obras desde a eternidade” (*Atos* 15:18).

Mas, embora Deus não tenha uma sucessão de idéias, ele tem uma idéia de sucessão. Por conseguinte, seu propósito eterno consiste de várias partes, que têm uma relação lógica. Resumindo, Deus tem um plano. B. B. Warfield escreve:

Não parece ser necessário parar para discutir a questão anterior de se Deus, em suas atividades salvadoras, age de acordo com um plano. Que Deus age de acordo com um plano em todas as suas atividades, já é aceito no teísmo. Sobre o estabelecimento de um Deus pessoal, essa questão está encerrada. Por pessoa deve-se entender propósito: precisamente o que distingue uma pessoa de uma coisa é que seus modos de ação têm propósitos, que tudo o que ela faz é dirigido para um fim e procede através da escolhas de meios para esse fim...

Se cremos num Deus pessoal, então, e muito mais se, sendo teístas, cremos no controle imediato por esse Deus pessoal do mundo que ele criou, devemos crer num plano fundamental para tudo o que Deus faz, e, portanto, num plano de salvação também. A única questão que pode se levantar diz respeito não à realidade, mas à natureza do plano.²

Qual, de acordo com a Escritura, é o propósito eterno de Deus? Declarado de uma forma simples, o propósito eterno de Deus é glorificar a si mesmo (*Isaías* 43:7,21; *1 Coríntios* 15:28; *Filipenses* 2:11), através da glorificação do seu Filho, como o “primogênito entre muitos irmãos” (*Romanos* 8:29), e o Senhor da igreja (*Colossenses* 1:18). No propósito eterno de Deus, ele determinou que seu filho seria o noivo da sua Igreja, que seria conformada à sua imagem (*Romanos* 8:29; *2 Coríntios* 3:17-18). Assim, ele determinou salvar um povo (a igreja), a quem ele eternamente escolheu.

Em *Efésios* 1:9-10 lemos que a Pessoa e obra de Jesus Cristo está no princípio, no centro e no final do propósito eterno de Deus. Em *Efésios* 3:9-11 Paulo escreve que “Deus criou todas as coisas através de Jesus Cristo; para que [isto é, para o propósito de] agora, pela igreja, a multiforme sabedoria de Deus seja conhecida dos principados e potestades nos lugares celestiais”. Isto foi “de acordo com o eterno propósito que ele realizou em Cristo Jesus, nosso Senhor”. Assim, a igreja de Cristo permanece com o Redentor dela no princípio, no centro e no final do propósito eterno de Deus. Isso é confirmado adicionalmente em *Romanos* 8:28; 9:11-13; e *2 Timóteo* 1:9.

É aparente a partir de passagens da Escritura tais como *Isaías* 53:10-11; *Hebreus* 13:20; e *Apocalipse* 13:8, que houve um conselho eterno do Deus triúno que precedeu a criação. Esse conselho eterno é algumas vezes chamado de pacto da redenção para distingui-lo da execução na história desse decreto eterno, que é designado como o pacto da graça. Nesse conselho eterno, Deus o Pai, representando a Trindade, pactuou com Deus o Filho, representando a igreja, para redimir os pecadores eleitos. Como declarado na *Confissão de Westminster* (8:1):

Aprouve a Deus [o Pai] em seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem, o Profeta, Sacerdote e Rei, o Cabeça e Salvador de sua Igreja, o Herdeiro de todas as coisas e o Juiz do Mundo; e deu-lhe desde toda a eternidade um povo para ser sua semente e para, no tempo devido, ser por ele remido, chamado, justificado, santificado e glorificado.

² Benjamin B. Warfield, *The Plan of Salvation* (Boonton: Simpson Publishing Company, 1989), 6-7.

Uma vez que o propósito eterno foi estabelecido, o Deus triúno racionalmente determinou os meios pelos quais realizaria o seu propósito. Isso é chamado de a visão supralapsariana (*supra*, acima; *lapsus*, queda) da ordem dos decretos divinos. Isto é, a ordem lógica dos decretos divinos encontra o decreto da eleição e da reprovação como sendo anteriores ao, ou acima do (*supra*), decreto de causar a Queda (*lapsus*). Isso está de acordo com as passagens que temos observado. A visão infralapsariana (*infra*; abaixo), por outro lado, afirma que o decreto da eleição e da reprovação foi após, ou abaixo (*infra*), o decreto de causar a Queda.

A visão supralapsariana é a mais bíblica. Um planejador racional executa seu plano na ordem inversa do seu propósito determinado. Isto é, a ordem temporal é o reverso da ordem lógica. Deus, que é sempre racional, e que sempre age com um propósito, naturalmente agiria dessa forma. Um supralapsariano consistente mantém que a ordem lógica dos decretos divinos, para glorificar o Pai, através da glorificação do seu Filho, é a seguinte:

O decreto de eleger alguns pecadores para a salvação em Cristo (*Efésios* 1:3-14), e reprová-los os outros (*Romanos* 9:22-23).

O decreto de redimir os pecadores eleitos, tanto do Antigo como do Novo Testamento, através da obra redentora de Cristo na cruz (*Efésios* 1:7).

O decreto de causar a Queda através de Adão, o cabeça federal da raça humana (*Gênesis* 3; *Romanos* 5:12-19).

O decreto de criar o mundo (incluindo a humanidade) para fornecer a arena na qual todas essas coisas ocorreriam (*Gênesis* 1).

De uma forma resumida, Robert Reymond escreve:

Em seu propósito eterno Deus intencionalmente integrou tanto o propósito da criação como também as ordenanças da criação num plano redentor mais primário que realizaria em Cristo... A criação então foi intencionada como o palco sobre o qual o designio redentor de Deus seria executado e cumprido... A *raison d'être* da criação é então servir os fins redentores de Deus.³

A Pessoa e obra de Cristo permanecem (com sua Igreja) no princípio, centro e fim do propósito eterno de Deus. Cristo é “o Cordeiro [de Deus] que foi morto desde a fundação do mundo” (*Apocalipse* 13:8). Muito antes da queda de Adão, a obra sacrificial de Cristo sobre a cruz tinha sido planejada. Então, na “plenitude dos tempos”, Cristo veio, como o *Breve Catecismo* (Q 21) diz, como “o Redentor dos eleitos de Deus”, e todas as coisas foram congregadas nele (*Efésios* 1:9-10; *Colossenses* 1:20).

Como notado acima, o plano eterno de salvação, onde Cristo e sua obra redentora em favor da sua Igreja são centrais, está fundamentado no conselho inter-Trinitariano que é referido como o pacto da redenção. Então, quando o plano foi executado, o foi por meio do pecado. Isso sendo assim, não é um exagero afirmar que um entendimento apropriado

³ Robert L. Reymond, *A New Systematic Theology of the Christian Faith* (Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1998), 397-398.

da teologia do pacto é essencial se alguém há de ter uma compreensão bíblica da relação entre Deus e suas criaturas. De acordo com a *Confissão de Fé de Westminster* (7:1):

Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como ao seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido significar por meio de um pacto.

O homem, diz a *Confissão*, deve obediência a Deus, simplesmente porque é criatura de Deus. Mas o homem “nunca poderia fruir nada dele como [sua] bem-aventurança e recompensa”, aparte do fato que Deus escolheu entrar num pacto com as suas criaturas. A Bíblia ensina que quando Deus criou Adão, ele entrou num pacto de obras com ele. Como declarado na *Confissão* (7:2): “O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras; nesse pacto foi a vida prometida a Adão [como o cabeça federal de toda a raça humana] e nele à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal”.

Contudo, como lemos em *Romanos* 5, Adão desobedeceu a Deus. E como ele era o cabeça federal ou pactual de toda a raça humana, seu pecado foi imputado à humanidade inteira. Diz o *Breve Catecismo* (Q 16): “Visto que o pacto foi feito com Adão, não só para ele, mas também para a sua posteridade, todo o gênero humano, que dele procede por geração ordinária, pecou nele e caiu com ele na sua primeira transgressão”.

Todos os homens, portanto, como um resultado da Queda, são judicialmente culpados. O pecado de Adão foi imputado a todos. Esse estado no qual o homem se encontra agora, como afirmado pela *Confissão* (6:2,4), é um de “depravação total”. Isto é, o homem caiu de tal forma do seu estado de “retidão original e da comunhão com Deus, [que ele] se tornou morto em pecado e inteiramente corrompido em todas as suas faculdades e partes do corpo e da alma”. Por conseguinte, todos os seres humanos estão agora “totalmente indispostos, adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo o mal”.

Mas, como ensina o *Breve Catecismo* (Q 20-21), Deus não deixou toda a humanidade perecer nesse estado: “Tendo Deus, unicamente pela sua boa vontade, desde toda a eternidade, eleito alguns para a vida eterna, entrou com eles em um pacto de graça, para os livrar do estado de pecado e miséria, e os trazer a um estado de salvação, por meio de um Redentor... o Senhor Jesus Cristo”. E o pacto da graça, que é a execução história do pacto da redenção, como diz o *Catecismo Maior* (Q 31), “foi feito com Cristo, como o segundo Adão, e nele, com todos os eleitos, como sua semente”.

E, como a *Confissão* (7:4) continua para manter, o caminho para os eleitos herdarem a sua herança eterna é por meio da morte testamentária do inaugurador do pacto, Jesus Cristo: “Este pacto da graça é freqüentemente apresentado nas Escrituras pelo nome de Testamento, em referência à morte de Cristo, o testador, e à perdurável herança, com tudo o que lhe pertence, legada neste pacto”.

Além do mais, em contraste com as afirmações errôneas do Dispensacionalismo — como encontradas, por exemplo, na *Bíblia de Referência Scofield*, na *Nova Bíblia de Referência Scofield* e na *Bíblia de Estudo Ryrie* — a Bíblia ensina que há um pacto da graça que está em vigor durante toda a história redentora, e há somente um meio de salvação.

Como declarado na *Confissão* (7:5-6):

Este pacto [de graça] no tempo da Lei não foi administrado como no tempo do Evangelho [Novo Testamento]. Sob a Lei foi administrado por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascoal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, prefigurando, tudo, Cristo que havia de vir; por aquele tempo essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a vida eterna: essa dispensarão chama-se o Velho Testamento.

Sob o Evangelho, quando foi manifestado Cristo, a substância, as ordenanças pelas quais este pacto [de graça] é dispensado são a pregação da palavra e a administração dos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor; por estas ordenanças, posto que poucas em número e administradas com maior simplicidade e menor glória externa, o pacto é manifestado com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual, a todas as nações, aos judeus bem como aos gentios. É chamado o Novo Testamento. Não há, pois, dois pactos de graça diferentes em substância mas um e o mesmo sob várias dispensações.

O pacto de graça foi inicialmente revelado em *Gênesis* 3:15, com a primeira promessa messiânica ou “promessa do evangelho” (o *protevangelium*), diretamente após a Queda. Como ensinado na *Confissão* (7:3):

O homem, tendo-se tornado pela sua queda incapaz de vida por esse pacto, o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo deles a fé nele para que sejam salvos; e prometendo dar a todos os que estão ordenados para a vida o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer.

Como Paulo ensina em *Efésios* 2:12, há uma unidade temática de todos os pactos. Ele escreve dos “pactos (plural)” da “promessa (singular)”.⁴ “A promessa” é o pacto da graça. Todos os pactos que Deus estabeleceu com o seu povo (e.g., Adão, Noé, Abraão, Davi) são um desenvolvimento de um único pacto da graça. Ou dito de outra forma: “A ‘promessa’ é singular, para significar que o pacto [da graça], na realidade, e substancialmente, é um e o mesmo em todos os tempos, mas somente diferente em seus incidentes e circunstâncias externas”.⁵

Com a vinda da era do Novo Testamento, “a promessa” que perdurou por todo o Antigo Testamento alcançou seu cumprimento com o advento do Redentor, Jesus Cristo. Escreve Calvino:

A primeira promessa de salvação foi dada a Adão [em *Gênesis* 3:15].... Houve como que somente uma centelha fosca. Então, pouco a pouco a luz foi aumentando em plenitude, continuamente crescendo e espalhando sua radiância mais amplamente.

⁴ Nota do tradutor: “Que, naquele tempo, estáveis sem Cristo, separados da comunidade de Israel e estranhos aos concertos da promessa, não tendo esperança e sem Deus no mundo” (ARC). “Naquele tempo, estáveis sem Cristo, separados da comunidade de Israel e estranhos às alianças da promessa, não tendo esperança e sem Deus no mundo” (ARA). “Naquele tempo, estáveis sem Cristo, separados da comunidade de Israel e estranhos às alianças da promessa, não tendo esperança e sem Deus no mundo” (NVI).

⁵ Jamieson, Fausset, and Brown, *Commentary Practical and Explanatory on the Whole Bible* (Grand Rapids: Zondervan, 1978), 1284-1285.

No final — quando todas as nuvens estavam dissipadas — Cristo, o Sol da Justiça, iluminou completamente toda a terra.⁶

Assim como o Novo Testamento ensina, Cristo realizou a redenção em favor dos eleitos, trazendo assim à fruição tudo dos tipos dos pactos anteriores (*Hebreus* 8-10). Ele é o “Amém” de todas as promessas de Deus (*2Coríntios* 1:20). Em Cristo, todas as coisas “que estão escritas na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos” alcançam seu cumprimento (*Lucas* 24:44).

⁶ John Calvin, *Institutes of the Christian Religion*. Vols. I & II, Library of the Christian Classics, John T. McNeill, editor, traduzido por Ford Lewis Battles (Philadelphia: Westminster, 1960), II:10:20.

Capítulo Dois: A Pessoa de Cristo

Como apresentado na “Introdução”, o estudo da Cristologia trata com a doutrina da Pessoa (ontologia) e obra (função) de Jesus Cristo. Os estudiosos modernos de hoje frequentemente tentam separar esses dois aspectos da Cristologia. Oscar Cullmann, por exemplo, critica a igreja primitiva (como testemunhado nos Concílios de Nicéia [325] e Calcedônia [451]) por se focarem muito na Pessoa de Cristo (quem ele é). Antes, diz Cullmann, a preocupação do Novo Testamento é com sua função (o que ele faz).⁷ Contudo, como Robert Reymond aponta:

Eu insistiria que é muito superficial sugerir que os homens podem se concentrar para sempre no que Jesus fez por eles e nunca tratar a questão ontológica de quem ele é. De fato, seria psicologicamente impossível, tanto para os homens modernos como para os homens dos tempos do Novo Testamento, se satisfazerem com um interesse somente na significância funcional de Jesus e nunca questionar ou tratar da questão ontológica que sua significância funcional força sobre eles.⁸

Reymond está correto. A Pessoa de Cristo e a obra de Cristo estão inseparavelmente relacionadas. Mas visto que a primeira é fundacional para a última, esse capítulo se concentrará na sua Pessoa. Primeiro analisaremos os nomes e títulos que a Bíblia atribui a Jesus Cristo. Isso nos dará algumas idéias tanto sobre sua Pessoa como sobre sua obra.

Na Bíblia, os nomes são muito importantes. Algumas vezes o nome de uma pessoa é o equivalente do seu portador. O homem Nabal (o nome em hebraico significa “louco”), por exemplo, era simplesmente como o seu nome: “Porque o que significa o seu nome ele é: Nabal [louco] é o seu nome, e a loucura está com ele” (1Samuel 25:25). Em outras ocasiões, a mudança do nome de uma pessoa representava sua mudança em status. Quando Deus mudou o nome de Abrão para Abraão (significando “o pai de muitos”), isso significou que ele se tornaria “o pai de muitas nações” (Gênesis 17:5).

O nome de Deus é particularmente significativo. Ele é virtualmente sinônimo do próprio Deus. De acordo com os escritos da Sagrada Escritura, o Senhor salva por seu “nome” (Salmo 54:1), ele protege por seu “nome” (Salmo 20:1), e seu “nome” é uma “torre forte” onde os justos encontram refúgio (Provérbios 18:10). Além do mais, os piedosos confiam em seu “nome” (Salmo 20:7), eles se regozijam em seu “nome” (Salmo 89:16), e oram invocando o seu “nome” (Salmo 80:18; Mateus 6:9). Alguém nunca deve tomar o “nome” de Deus em vão (Êxodo 20:7), nem jurar falsamente em seu “nome” (Levítico 19:12). De fato, como Levítico 24:16 ensina, tão forte era a proibição contra blasfemar o “nome” do Senhor (isto é, o próprio Deus), que isso era considerado um delito capital.

O mesmo pode ser dito com respeito aos “títulos” atribuídos a Deus na Escritura. “Deus Altíssimo” (Gênesis 14:19-20), “Senhor” ou “Mestre” (Gênesis 15:2; Salmo 8:1,9), e “Deus Todo-Poderoso” (Gênesis 17:1; Êxodo 6:3), são exemplos de títulos que nos dizem algo significativo sobre o Deus da Escritura.

⁷ Oscar Cullmann, *The Christology of the New Testament*, traduzido por S. C. Guthrie and C. A. M. Hall (London: SCM Press, 1959), 3-17.

⁸ Robert L. Reymond, *Jesus, Divine Messiah: The New Testament Witness* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1990), 12-13.

Isso sendo assim, um estudo do nome e títulos de Jesus Cristo deve nos dar uma maior compreensão de quem ele é e o que ele faz.

O Nome “Jesus”

Em *Mateus* 1:18-25 e *Lucas* 1:26-38, lemos do anúncio angélico do nascimento do Filho de Deus encarnado. Gabriel diz a José e Maria que o nome da criança concebida pela virgem será “Jesus” (*Iesous*), “porque ele salvará o seu povo dos pecados deles” (*Mateus* 1:21).

“Jesus” significa “Jeová salva”. O mesmo significado do nome de Josué, líder do Israel do Antigo Testamento, filho de Num (*Josué* 1:1). Ele foi um tipo de Cristo no fato dele ter conduzido Israel à terra prometida (*Hebreus* 4:8). O nome Jesus enfatiza a obra salvadora do Deus-homem; ele fala do seu objetivo ministerial. Jesus é o único Redentor dos eleitos de Deus, igualmente do Antigo como do Novo Testamento (*Romanos* 3:21-31). Ele é o único caminho para o Pai (*João* 14:6); ele é o “salvador do mundo” (*João* 4:42; *1João* 4:14). Interessantemente, os cristãos na igreja primitiva deram testemunho de Jesus como Salvador quando eles usaram o sinal do “peixe” como um sinal de reconhecimento. As letras da palavra grega para “peixe” (*ichthus*) formam um acrônimo: “Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador”.

Títulos Cristológicos

Tecnicamente falando, *Iesous* é o único nome de Jesus. O menino Jesus seria conhecido como “Jesus *bar* (filho de) José”. Mas embora haja somente um nome real para o Filho de Deus encarnado, há vários títulos. Como R. C. Sproul diz: “O próprio nome de Jesus carrega nele a idéia de Salvador. Todos os seus títulos.... indicam as qualificações de Jesus para ser o Salvador dos homens”.⁹

Cristo

Embora haja casos no Novo Testamento onde *Christos* é usado como praticamente um nome próprio, na realidade ele é um título. O título *Christos* é o equivalente grego no hebraico *Mashiach* (Messias). É o mais freqüentemente usado de todos os títulos de Jesus. *Christos* significa “ungido”. Jesus Cristo é o ungido por Deus para ser o Salvador do seu povo. Como ensinado no *Catecismo Maior de Westminster* (Q 42):

O nosso Mediador foi chamado Cristo, porque foi acima de toda a medida ungido com o Espírito Santo; e assim separado e plenamente revestido com toda a autoridade e poder para exercer as funções de profeta, sacerdote e rei da sua igreja, tanto no estado da sua humilhação, como no da sua exaltação.

Em *Marcos* 14:61-62 e *João* 4:25-26; 17:3, o próprio Jesus reivindica ser o Cristo de Deus (veja também *Mateus* 16:16 e *João* 11:25-27). E como Cristo o Salvador (*João* 17:3; *Tito* 1:4; 2:13; 3:6), ele é necessariamente divino (confirme *Marcos* 14:61-62), pois como lemos em *Isaías* 43:11 e 45:21, somente Deus pode salvar.

⁹ R. C. Sproul, *Following Christ* (Wheaton: Tyndale House, 1991), 51.

Na Antiga Aliança, os profetas (*1Reis* 19:16; *Salmo* 105:15; *Isaías* 61:1-2), sacerdotes (*Êxodo* 29:7; *Salmo* 133:2), e reis (*1 Samuel* 10:1; 16:13; *Salmo* 2:2,6), eram todos “ungidos” para realizar os seus chamados dados por Deus. O mesmo é verdadeiro de Jesus, o Cristo. Em seu batismo, ele foi “ungido” pelo Espírito Santo (*Mateus* 3:16-17; *Hebreus* 1:9), e como o *Breve Catecismo de Westminster* (Q 23) diz, veio “como nosso Redentor, [e] exerce o ofício de Profeta, Sacerdote e Rei”.

Como Cristo exerce os ofícios de Profeta, Sacerdote e Rei? Diz o *Catecismo* (Q 24-26):¹⁰

Cristo exerce o ofício de profeta, revelando-nos, pela sua Palavra e pelo seu Espírito, a vontade de Deus para a nossa salvação.

Cristo exerce o ofício de sacerdote, oferecendo-se a si mesmo, uma só vez, em sacrifício, para satisfazer a justiça divina, para reconciliar-nos com Deus e para fazer contínua intercessão por nós.

Cristo exerce o ofício de rei, sujeitando-nos a si mesmo, governando-nos e protegendo-nos, reprimindo e subjugando todos os seus e os nossos inimigos.

Há outros títulos usados de Jesus, alguns dos quais serão estudados abaixo em maior detalhe, que enfatizam os seus três ofícios. Por exemplo, ele é chamado de “profeta” (*Lucas* 7:16; *João* 6:14; *Atos* 3:22-23), “mestre” (*Mateus* 12:38; 22:16), “rabi” (*João* 20:16), e a “Palavra” (*João* 1:1,14; *1 João* 1:1; *Apocalipse* 19:13). Esses títulos falam do ministério profético de Jesus. Os autores do Novo Testamento também puderam chamá-lo de “servo” (*Mateus* 12:18; *Marcos* 10:45), em cumprimento das passagens do servo sofredor em *Isaías*. E o autor de *Hebreus* diz que Jesus é um sacerdote “Segundo a ordem de Melquisedeque” (5:6,10; 7:17). Esses dois títulos falam da função sacerdotal de Cristo. E Jesus é também chamado de “o Filho de Davi” (*Mateus* 22:42-45), um título que se refere à sua função real.

Senhor

“Senhor” (*Kurios*) é o segundo mais usado dos títulos de Jesus. No Antigo Testamento, lemos que o nome de Deus é *Jeová* ou *Iavé*. Ele é o grande “EU SOU”, o Deus do pacto de Israel (*Êxodo* 3:10-15). Deus é chamado também de *Adonai*, o Senhor e Mestre do universo (*Salmo* 110:1; *Isaías* 6:1). Na Septuaginta (a tradução grega do Antigo Testamento hebraico), *Kurios* é usado para traduzir tanto *Jeová* como *Adonai*. Assim, quando o Novo Testamento se refere a Jesus como *Kurios*, ele está atribuindo divindade a ele. De acordo com a Escritura, Jesus é tanto *Jeová* (*Romanos* 10:13, compare *Joel* 2:32; *1 Pedro* 3:14-15, compare *Isaías* 8:12-13; *Hebreus* 1:10-12, compare *Salmo* 102:25-27) como *Adonai* (*Mateus* 22:43-45; *Hebreus* 1:13; 5:6, compare *Salmo* 110:1-4). Isto é, o título *Kurios* fala da natureza divina de Cristo. Ele é divindade ontológica; ele é “Cristo o Senhor [*Kurios*]” (*Lucas* 2:11).

Então há várias passagens onde “EU SOU” é atribuído a Jesus Cristo. No *Evangelho de João*, Jesus diz: EU SOU “o pão da vida” (6:35), “a luz do mundo” (8:12), “a porta das ovelhas” (10:7), “o bom pastor” (10:11), “a ressurreição e a vida” (11:25), “o caminho, a verdade e a vida” (14:6), e “a videira verdadeira” (15:1). Cristo também diz: “se não crerdes que EU

¹⁰ Estes três ofícios serão estudados em maiores detalhes no capítulo “A Obra de Cristo”

SOU, morrereis nos vossos pecados” (8:24); “antes que Abraão existisse, EU SOU”(8:58); e “desde já vos digo, antes que aconteça, para que, quando acontecer, creiais que EU SOU” (13:19). Essas são declarações extraordinárias nas quais Jesus está reivindicando não ser menos do que *Jeová*: Deus encarnado.

Filho do Homem

Esse é o terceiro mais frequentemente usado dos títulos de Jesus. É o seu meio favorito de auto-designação. “Filho do Homem” ocorre umas 84 vezes no Novo Testamento, 82 delas nos quatro Evangelhos (69 nos Sinóticos — *Mateus*, *Marcos*, e *Lucas* — e 13 em *João*). Em quase todo caso onde o título é usado nos Evangelhos, ele é usado pelo próprio Jesus.

Jesus Cristo não somente é o “Filho de Deus”, ele é também o “Filho do Homem”. Ao distinguir entre esses dois títulos, pode haver uma pequena questão que o primeiro fala da natureza divina de Jesus, e como Calvino aponta, o último fala de sua natureza humana.¹¹ Contudo, embora esse título tenha referência à humanidade de Cristo, como o Servo sofredor (*Marcos* 8:31; 9:31; 10:33-34,45), ele também tem referência à sua divindade (*Mateus* 16:27-28; *João* 3:13-14). Como o Filho do Homem, Jesus é o doador de vida espiritual (*João* 6:62-63), aquele que tem autoridade para perdoar pecados (*Marcos* 2:10), e “Senhor do Sábado” (*Marcos* 2:28). Como o Filho do Homem, ele será visto “assentado à direita do Todo-Poderoso [Deus o Pai] e vindo com as nuvens do céu” (*Marcos* 14:62). E como o Filho do Homem, Jesus recebeu “autoridade para julgar” toda a humanidade (*João* 5:27).

Esse título pode ser traçado até Daniel 7:13-14, onde o Filho do Homem é revelado como co-igual como Deus o Pai. Uma comparação de *Daniel* 7:9-10 e *Apocalipse* 1:12-16; 5:11-12, mostra a natureza exaltada do Filho do Homem bíblico. Como essas coisas em mente, B. B. Warfield escreve:

É.... no retrato que Jesus traça para nós do “Filho do Homem” que vemos sua natureza sobre-humana retratada. Pois a figura assim trazida diante de nós é distintamente uma sobre-humana; uma que não está somente no futuro sentada à direita do poder e vindo com as nuvens do céu...; mas uma que está no presente mundo exercendo funções que são verdadeiramente divinas.¹²

Filho de Davi

Esse título messiânico fala da função real de Deus. O Antigo Testamento tinha profetizado que o Messias viria da linhagem de Davi (2*Samuel* 7; *Isaías* 11:1-2; *Salmo* 89). O Novo Testamento confirma que Jesus é o Messias. Ele é, escreve Mateus, “o Filho de Davi” (*Mateus* 1:1). Lucas declara que “o Senhor Deus lhe [a Jesus] dará o trono de Davi” (*Lucas* 1:32). Além do mais, numa de suas discussões com os fariseus, o próprio Jesus reivindicou ser Filho de Davi, em cumprimento de *Salmo* 110:1 (confirme *Mateus* 22:41-45). E assim como o *Salmo* 110:1 atribui o Senhorio divino ao Filho de Davi, ele atribui divindade a Jesus Cristo (*Romanos* 1:3-4). De fato, foi simplesmente porque o cego Bartimeu percebeu

¹¹ John Calvin, *Institutes of the Christian Religion*. Vols. I & II, Library of the Christian Classics, John T. McNeill, editor, traduzido por Ford Lewis Battles (Philadelphia: Westminster, 1960), II:13:2.

¹² Benjamin B. Warfield, *The Lord of Glory* (Grand Rapids: Baker, 1974), 41.

que Jesus era o divino “Filho de Davi” que ele clamou ao Filho para “ter misericórdia de mim [Bartimeu]” (*Marcos* 10:46-48). Robert Reymond corretamente afirma que embora o título Filho de Deus “certamente não seja um título dominante nos Evangelhos; todavia, quando ocorre, ele claramente atribui a messianidade à Jesus; e toda evidência apóia, e nenhuma pesa contra, a sua aceitação com aprovação dele”.¹³

Servo

Como notado, quando o Novo Testamento fala de Jesus como Servo, ele está se referindo à sua função sacerdotal. Como “o santo Servo [de Deus], Jesus” (*Atos* 4:27,30; 3:13,26), Cristo é o cumpridor das profecias do Servo do livro de Isaías (*Isaías* 42:1-9; 49:1-7; 50:4-9; 52:13-53:12, compare *Mateus* 12:18-21; 20:28). Jesus veio “não para ser servido, mas para servir, e dar sua vida em resgate por muitos” (*Marcos* 10:45).

Que Jesus Cristo, como o grande Sumo Sacerdote, é também o Servo sofredor, fala de sua natureza humana. O autor de *Hebreus* escreve que em sua função sacerdotal, Jesus foi feito “um pouco menor do que os anjos” (2:9); ele era dependente do seu Pai celestial (2:13); participou da carne e do sangue (2:14); foi sujeito à tentação (2:18); todavia, ele foi achado sem pecado (4:15).

Palavra de Deus

Jesus é o *Logos*; ele é a Palavra de Deus (*João* 1:1,14; *1 João* 1:1; *Apocalipse* 19:13). Esse título está impregnado de significado teológico e filosófico. De acordo como o *Evangelho de João*, Jesus é o *Logos* cosmológico, que como Rei cria e providencialmente sustenta todas as coisas no universo (1:1-3). Ele é também o *Logos* soteriológico, que como Sacerdote salva os eleitos dos seus pecados (1:4,12,13; 14:6). Então também, ele é o *Logos* epistemológico, que como Profeta é a “verdadeira luz que ilumina todo homem” (1:9), e revela o Pai aos eleitos (1:18; 14:7,9). Como o *Logos* epistemológico (o Profeta), que é o foco primário desse título, Jesus veio como a revelação suprema e final de Deus ao homem (*João* 1:1,14,18; *Hebreus* 1:1-3).

Em muito da filosofia grega, o *logos* era aquele princípio abstrato e impessoal que alegadamente dava propósito, unidade e significado a todas as coisas. No pensamento hebraico, por outro lado, uma “palavra” (*logos*) é ao mesmo tempo uma palavra interior como um pensamento falado. Uma palavra serve para dois propósitos: dar expressão a um pensamento interior, e revelar esse pensamento verbalmente a outros. Na crença semítica, então, o *Logos* de Deus é o que expressa a mente de Deus. Ele pode até mesmo ser chamado de a mente do próprio Deus.

Portanto, quando João escreve que Jesus Cristo é o *Logos* de Deus, ele está declarando que Jesus, como divindade ontológica, tanto expressa como reflete a mente de Deus. Como João 1:18 deixa claro, ele veio para explicar (*exegeomai*, “exegeta”) o Pai à humanidade. Em seu ministério profético, Jesus como a Palavra de Deus encarnada, nos dá a Palavra de Deus escriturada: a Bíblia.

¹³ Reymond, *Jesus, Divine Messiah: The New Testament Witness*, 63.

Além do mais, como Gordon Clark aponta, Jesus é “a Lógica de Deus” (a palavra portuguesa “lógica” é derivada de *logos*). Jesus Cristo é a verdade, a razão e a sabedoria encarnada (*João* 14:6; *1Coríntios* 1:24,30; *Colossenses* 2:3). E como tal, o Jesus pessoal (não um princípio abstrato) é um que dá coerência, unidade, consistência, propósito e significado a todas as coisas. Nas palavras de Paulo, Jesus é aquele em quem “todas as coisas subsistem” (*Colossenses* 1:17), trazendo ordem e harmonia para o universo criado.¹⁴

Deus

Há oito vezes no Novo Testamento onde Jesus é especificamente chamado de Deus (*Theos*). No *Evangelho de João* lemos que “a Palavra [Jesus] era Deus” (1:1), e que Jesus aceitou abertamente o reconhecimento dele por Tomé como “meu Senhor e meu Deus” (20:28). Paulo escreve que Jesus Cristo é o “Deus eternamente bendito” (*Romanos* 9:5), e que “Deus [Jesus Cristo] foi manifesto na carne” (*1Timóteo* 3:16).¹⁵ Paulo também o chama de “nosso grande Deus e Salvador Jesus Cristo” (*Tito* 2:13). Em sua segunda epístola, Pedro o chama de “nosso Deus e Salvador Jesus Cristo” (*2 Pedro* 1:1). O autor de *Hebreus*, citando o *Salmo* 45, chama Jesus de “Deus” (1:8). E em *1João* 5:20, o apóstolo João diz que “Jesus Cristo... é o verdadeiro Deus e a vida eterna”. Com as possíveis exceções das declarações de “EU SOU” estudadas acima, uma reivindicação mais alta da divindade de Jesus Cristo é dificilmente concebível. Jesus é Deus.

Todavia, essas claras apelações da natureza divina de Cristo não têm sido livres de desafios. Com respeito a *Romanos* 9:5, por exemplo, onde a *Authorized Version*, a *Revised Version*, a *American Standard Version*, a *New American Standard Version*, a *New International Version*, a *New King James Version*,¹⁶ juntamente com a maioria dos comentaristas, têm adotado a tradução direta desse versículo como uma afirmação da divindade de Jesus Cristo, a *Revised Standard Version* e a *New English Bible* objetam. Ambas incorretamente propõem traduções onde “Deus eternamente bendito” é considerado como uma doxologia ao Pai, antes do que um título cristológico. A influência liberal é evidente. Esse escritor concorda com John Murray, que após uma análise exegética completa do versículo, mantém: “Nós podemos assim concluir que não há nenhuma boa razão para se afastar da construção e interpretação tradicional desse versículo e, por outro lado, há razões preponderantes para adotar a mesma”.¹⁷

¹⁴ Veja Gordon H. Clark, *The Johannine Logos* (Trinity Foundation, 1989).

¹⁵ O presente escritor está bem ciente de que o Texto Crítico (tristemente) substitui *Theos* pelo pronome relativo *hos* (“quem”) em *1Timóteo* 3:16, traduzindo assim o versículo: “Quem foi manifestado na carne”. Primeiro, esse escritor crê que o Texto Majoritário ou Tradicional deve ser seguido como o texto bíblico genuíno, não o Texto Crítico (Para mais sobre isso veja Gordon H. Clark, *Logical Criticisms of Textual Criticism* [Trinity Foundation, 1986]). E em segundo lugar, se o Texto Crítico fosse adotado aqui, o contexto ainda decididamente mostraria que o *hos* refere-se a Jesus Cristo como o Deus pré-existente, quem “foi manifestado na carne”. Veja William Hendriksen, *New Testament Commentary: Exposition of the Pastoral Epistles* (Grand Rapids: Baker, 1979), 137-140.

¹⁶ Nota do tradutor: As três principais traduções brasileiras também trazem essa tradução mais correta: “Dos quais são os pais, e dos quais é Cristo, segundo a carne, o qual é sobre todos, Deus bendito eternamente. Amém!” (ARC); “Deles são os patriarcas, e também deles descende o Cristo, segundo a carne, o qual é sobre todos, Deus bendito para todo o sempre. Amém!” (ARA); “Deles são os patriarcas, e a partir deles se traça a linhagem humana de Cristo, que é Deus acima de todos, bendito para sempre! Amém” (NVI). Contudo, a nota de rodapé da NVI traz a seguinte tradução “alternativa”: “Cristo, que é sobre tudo. Seja Deus louvado para sempre!”.

¹⁷ John Murray, *The New International Commentary on the New Testament: The Epistle to the Romans* (Grand Rapids: Eerdmans, 1968), II:248.

Então temos a *Tradução do Novo Mundo* das Testemunhas de Jeová, onde *João 1:1* é traduzido da seguinte forma: “A Palavra era um deus”. A razão alegada para essa tradução é que no original grego não há nenhum artigo definido antes de Deus; por conseguinte, deve ser traduzido como “um” deus. Vários comentaristas e estudiosos do grego têm apontado, contudo, que essa objeção é respondida pelo que é conhecida como “a regra de E. C. Colwell”. Essa “regra” declara que “um predicado nominal definido tem o artigo [definido] quando ele segue o verbo; ele não tem o artigo [definido] quando ele precede o verbo [como em *João 1:1*]”.¹⁸ Em outras palavras, existe toda razão para que o versículo deva ser traduzido como “a Palavra era Deus”, e nenhuma razão legítima pela qual ele deva ser traduzido de outra forma — exceto, certamente, como resultado de uma simples e pura influência. Tal é o caso com as Testemunhas de Jeová. Em seu *Should You Believe in the Trinity?* [Você deveria crer na Trindade?], o autor, mesmo após admitir que a regra de Colwell se aplica a *João 1:1*, ainda mantém que a tradução deveria ser com o artigo indefinido “um”. A razão dada é que “o testemunho de toda a Bíblia é que Jesus não é Deus Todo-Poderoso”.¹⁹ Isso é tão claro um caso de falácia lógica — afirmar o conseqüente — como alguém esperaria encontrar.

Filho de Deus

Quando os escritores do Novo Testamento se referem a Jesus como o Filho de Deus (e.g., *João 1:49*; *10:36*), eles estão atribuindo divindade a ele. Como lemos em *João 5:18*, os judeus contemporâneos de Jesus entenderam claramente que quando Jesus disse que Deus era o seu Pai, ele estava “fazendo-se igual a Deus”. Em seu julgamento diante do sumo-sacerdote, quando perguntado: “tu és o Cristo, o Filho de Deus?” (*Mateus 26:63*), Jesus replicou no afirmativo (versículo 64). Os juízes, reconhecendo essa reivindicação de divindade ontológica, encontraram-no culpado de blasfêmia, e o sentenciaram a morte de acordo com *Levítico 24:16* (versículos 65-66).

Jesus, como o Filho de Deus, não é ontologicamente subordinado ao Pai.²⁰ Sua Filiação é uma relação intra-trinitariana, que denota uma unidade essencial com o Pai. Algumas vezes o Novo Testamento se refere a Cristo como o “unigênito” (*monogenes*) do Pai (*João 1:14,18*; *3:16*). Mas a palavra *monogenes*, que é derivada de duas palavras gregas — *mono* (um) e *genos* (tipo) — significa “um de um tipo”, e tem a ver com a “exclusividade” de Cristo. Ela não implica que Jesus, como a Segunda Pessoa da Trindade, tenha sido criado ou nascido, ou que em algum sentido ele seja ontologicamente subordinado ao Pai. Como B. B. Warfield escreve: “O adjetivo ‘unigênito’ transmite a idéia, não de derivação e subordinação, mas de exclusividade e consubstancialidade: Jesus é tudo o que Deus é, e somente ele é isso”.²¹

Como o Filho unigênito do Pai, então, Jesus é único. Os cristãos são como filhos e filhas de Deus o Pai, mas eles são filhos adotados (*Romanos 8:14-16*; *Gálatas 4:4-6*). Em *João 20:17*, Jesus faz uma distinção entre seu relacionamento com o Pai e o relacionamento de seus discípulos com o Pai: “Subo para meu Pai e vosso Pai, para meu Deus e vosso Deus”.

¹⁸ Veja Gordon H. Clark, *The Johannine Logos*, 22. Veja também John Wenham, *The Elements of New Testament Greek* (Cambridge: Cambridge University Press, 1965), 35.

¹⁹ *Should You Believe in the Trinity?* (Anonymous, Brooklyn: Watchtower Bible and Tract Society, 1989), 28.

²⁰ Isso será discutido em maior detalhe no próximo capítulo: “A Obra de Cristo”.

²¹ Benjamin B. Warfield, *Biblical Doctrines* (Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1988), 194.

Jesus Cristo: Uma Pessoa e Duas Naturezas

De acordo com o Concílio de Calcedônia (451 d.C.), que é considerado por inúmeros teólogos como sendo “o padrão da ortodoxia cristológica”,²² Jesus Cristo é:

Verdadeiro Deus e verdadeiro homem, constando de alma racional e de corpo; consubstancial ao Pai, segundo a divindade, e consubstancial a nós, segundo a humanidade; em todas as coisas semelhante a nós, excetuando o pecado, gerado segundo a divindade antes dos séculos pelo Pai e, segundo a humanidade, por nós e para nossa salvação, gerado da Virgem Maria, mãe de Deus; um só e mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, que se deve confessar, em duas naturezas, inconfundíveis e imutáveis, inseparáveis e indivisíveis; a distinção da naturezas de modo algum é anulada pela união, mas, pelo contrário, as propriedades de cada natureza permanecem intactas, concorrendo para formar uma só pessoa e subsistência; não dividido ou separado em duas pessoas. Mas um só e mesmo Filho Unigênito, Deus Verbo, Jesus Cristo Senhor.

A substância da declaração do credo de Calcedônia é resumizada pelo *Breve Catecismo de Westminster* (Q 21-22) da seguinte forma:

O único Redentor dos eleitos de Deus é o Senhor Jesus Cristo, que, sendo o eterno Filho de Deus, se fez homem, e assim foi e continua a ser Deus e homem em duas naturezas distintas, e uma só pessoa, para sempre. Cristo, o Filho de Deus, fez-se homem tomando um verdadeiro corpo e uma alma racional, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da virgem Maria, e nascido dela, mas sem pecado.

Tanto o Concílio de Calcedônia como o *Breve Catecismo de Westminster* afirmam que Jesus Cristo é o Deus-homem. Ele é uma Pessoa com duas naturezas distintas. Ele é totalmente Deus e totalmente homem; todavia, não há fusão das naturezas. As duas naturezas devem ser distinguidas, mas nunca separadas. Primeiro estudaremos as duas naturezas. Então consideraremos a unidade da Pessoa.

A Natureza Divina

Na história da igreja, sempre tem havido aqueles que negam a divindade de Cristo. Os Ebionistas do segundo século, provavelmente um desdobramento do movimento judaizante, que Paulo denuncia em sua carta aos *Gálatas*, mantinham que Jesus era o filho natural de José e Maria, afirmando assim sua natureza humana. Mas os Ebionistas negavam que Jesus era divino. Os Arianos do quarto século também rejeitaram a eternidade de Jesus como o *Logos*. Distorcendo passagens tais como *Provérbios* 8:22, *Romanos* 8:29 e *Colossenses* 1:15, Ário alegava que Jesus era gerado e, portanto, devia ter tido um começo. Ário dizia que Cristo era a maior de todas as criaturas de Deus, tinha sido criado antes do restante da criação e tinha uma natureza divina similar àquela que é de Deus, mas ele não era o mesmo que Deus. O Arianismo foi condenado como herético no Concílio de Nicéia (325 d.C.). As Testemunhas de Jeová de hoje são uma forma moderna de Arianismo. No século dezenove homens tais como Ernest Renan e David Strauss foram instrumentais em iniciar o

²² J. H. Hall, “Council of Chalcedon,” em *Evangelical Dictionary of Theology*, editado por Walter A. Elwell (Grand Rapids: Baker, 1984), 204.

movimento que veio a ser conhecido como “a busca do Jesus histórico”. Negando que os evangelhos nos dão um relato exato dos verdadeiros ensinamentos de Jesus Cristo, estes estudiosos pensavam ser necessário ir além do texto da Escritura, um texto cheio de mitos e folclore, e encontrar o Jesus histórico. De modo crescente, o “Jesus real” foi descrito como um bom professor de princípios espirituais, mas certamente não a Segunda Pessoa da Trindade.

Interessantemente, foi o liberal Albert Schweitzer que desestruturou este movimento quando escreveu seu *The Quest of the Historical Jesus* [A Busca do Jesus Histórico].²³ Schweitzer demonstrou que o Jesus histórico, como formulado por estes estudiosos, era simplesmente um produto das pressuposições modernistas deles. Uma pessoa não pode separar racionalmente o Jesus histórico do Jesus dos Evangelhos. Outros estudiosos do século vinte, tais como Rudolf Bultmann e seu Jesus desmitologizado,²⁴ e os autores do livro *The Myth of God Incarnate* [O Mito do Deus Encarnado],²⁵ têm continuado este assalto contra a natureza divina de Jesus Cristo. Então, também, há aqueles na escola da alta crítica que formaram o que é conhecido como o *Jesus Seminar*.²⁶ O propósito desta aliança era ressuscitar a busca pelo Jesus histórico. O resultado dos descobrimentos envolvidos neste movimento foi publicado em *The Five Gospels: The Search for the Authentic Words of Jesus* [Os Cinco Evangelhos: A Busca pelas Palavras Autênticas de Jesus].²⁷ A conclusão do *Jesus Seminar* é que Jesus Cristo não é uma divindade eterna.²⁸

B. B. Warfield avalia corretamente a suma do pensamento liberal em sua busca para encontrar o Jesus histórico: “É o Jesus des-supernaturalizado que é o Jesus mitológico, que nunca teve qualquer existência, a postulação da existência de quem não explica nada e deixa todo o desenvolvimento histórico suspenso no ar”.²⁹

Em concordância com Warfield, e contrário às negações da deidade de Cristo, a *Confissão de Fé de Westminster* (8:2) ensina a visão bíblica de que Jesus Cristo é “o Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele”. A Bíblia está repleta de passagens que apóiam esta posição. Já vimos que os títulos Cristológicos “Cristo”, “Senhor”, “Filho do Homem”, “Filho de Davi”, “Palavra de Deus”, “Deus” e “Filho de Deus”, juntamente com os “EU SOU” encontrados no Evangelho de João – tudo isso – afirma a natureza divina de Cristo.

A pré-existência da Segunda Pessoa da Trindade é claramente ensinada em passagens tais como *João* 1:1 (“No princípio era o Verbo”), *João* 3:13 (“Ora, ninguém subiu ao céu, senão aquele que de lá desceu, a saber, o Filho do Homem que está no céu”), e *João* 3:31 (“Aquele [Cristo] que vem de cima é sobre todos”, ARC). João o Batista afirmou que, embora ele tivesse nascido antes de Jesus, todavia, como a Segunda Pessoa da Trindade, “ele [Cristo] já

²³ Albert Schweitzer, *The Quest of the Historical Jesus* (New York: Macmillan, 1964).

²⁴ Rudolf Bultmann, “New Testament and Mythology,” em *Kerygma and Myth*, editado por Hans Bartsch (New York: Harper and Row, 1961), 1-44.

²⁵ John Hick, editor, *The Myth of God Incarnate* (Philadelphia: Westminster, 1977).

²⁶ Nota do tradutor: O *Jesus Seminar* é um evento que reúne estudiosos duas vezes por ano para debate de trabalhos técnicos que supostamente procuram recuperar as palavras autênticas do Jesus histórico. Ao final do debate de cada item da pauta, os presentes votam por um sistema de cores, em que cada cor corresponde a certo grau de autenticidade que eles atribuem às palavras de Jesus. Outras informações sobre o *Jesus Seminar* podem ser obtidas em www.jesusseminar.com (em inglês).

²⁷ Robert W. Funk, et al., *The Five Gospels: The Search for the Authentic Jesus* (New York: Macmillan, 1993).

²⁸ Para mais sobre o *Jesus Seminar*, veja W. Gary Crampton, “Blackballing Jesus,” *The Trinity Review*, editado por John W. Robbins (Trinity Foundation, July 1995).

²⁹ Benjamin B. Warfield, *The Person and Work of Christ*, editado por Samuel G. Craig (Philadelphia: Presbyterian and Reformed, 1950), 22.

existia antes de mim” (*João* 1:15,30). E, somos informados que, como divindade pré-existente, Cristo é tanto Criador (*João* 1:3; *Colossenses* 1:16; *Hebreus* 1:2) como Sustentador providencial (*Colossenses* 1:17; *Hebreus* 1:3) do universo.

No Antigo Testamento, há várias passagens que falam sobre o “Anjo do Senhor”, onde está claro que o Anjo é uma manifestação do próprio Deus. Ele tanto se identifica como Deus como também exerce prerrogativas divinas (*Gênesis* 16:7-13; 18:1-21; 19:1-21; 22:11-18; *Êxodo* 3:2; *Juizes* 2:1-4; 6:11-22; 2 *Samuel* 24:16). Todavia, ao mesmo tempo, o Anjo é distinguido do Senhor (*Gênesis* 48:15-16; *Êxodo* 23:20-23; *Zacarias* 1:12-13). O que temos aqui é uma “Cristofania”, uma manifestação da Segunda Pessoa pré-encarnada da Trindade. Como Reymond afirma: “O registro bíblico sugere que o Anjo, como uma Pessoa divina, era incriado”.³⁰

Da mesma forma, *Isaías* 9:6 e *Miquéias* 5:2 profetizam sobre a vinda do Messias, o qual é dito ser “eterno”. A profecia de *Isaías* é especialmente forte, visto que ele afirma que o Messias vindouro é “Deus Forte”. O Novo Testamento revela que essas duas profecias do Antigo Testamento foram cumpridas em Cristo, afirmando assim sua divindade (*Lucas* 2:11; *João* 3:16; *Efésios* 2:14; *Tito* 2:13; *Mateus* 2:1-12).

Várias outras profecias do Antigo Testamento revelam a natureza divina do Messias vindouro. *Salmo* 2 ensina sobre a vinda de um Filho entronizado, que é igual ao Pai. *Hebreus* 1:5, *Atos* 4:25-26 e 13:33 nos ensinam que este Filho é Jesus Cristo. *Salmo* 45 fala sobre um Rei e Noivo divino. *Hebreus* 1:8-9 nos revela que este é Cristo. *Salmo* 102 refere-se às atividades criativas do Deus eterno. *Hebreus* 1:10-12 nos diz que isto refere-se a Jesus Cristo. *Salmo* 110 nos ensina sobre um Sacerdote e Rei que é Senhor. *Mateus* 22:41-45, *Hebreus* 1:3,13 e 5:6,10 nos informa que este é Cristo. E em *Malaquias* 3-4 somos informados sobre a vinda do Mensageiro divino do pacto. *Marcos* 1:2 nos diz que este também é a Segunda Pessoa da Deidade, Jesus Cristo.

A natureza divina de Jesus Cristo é revelada de várias outras formas. Como temos visto, ele é o Criador (*João* 1:1; *Colossenses* 1:16; *Hebreus* 1:2) e Sustentador providencial (*Colossenses* 1:17; *Hebreus* 1:3) do universo. Ele perdoa pecados (*Marcos* 2:1-12). Ele tem poder e autoridade universal (*Mateus* 28:18; *Efésios* 1:22). Ele ressuscita mortos (*John* 11:38-44). Ele tem o poder e autoridade para conceder vida eterna (*Mateus* 11:25-27; *João* 5:26; 6:63). Ele é o objeto de adoração (*Mateus* 28:16; *João* 20:28; *Atos* 7:59). Ele realizou milagres “quais nenhum outro fez” (*João* 15:24) – milagres que “manifestaram sua glória [isto é, sua divindade]” (*João* 2:11), e deu autoridade a outros para realizar milagres também (*Mateus* 10:1-8). Todas estas revelações do poder e autoridade de Cristo falam da sua natureza divina.

O Novo Testamento também ensina que Jesus Cristo possui atributos divinos. Ele demonstrou sua *onipotência* e *soberania* ao criar e (continuamente) sustentar o universo (*Colossenses* 1:16-17), ao silenciar uma tempestade no mar (*Marcos* 4:35-41), ao andar sobre a água (*Mateus* 14:22-33), ao transformar água em vinho (*João* 2:1-11) e ao ressuscitar Lázaro dentre os mortos (*João* 11:38-44). Ele ensinou que ele é *eterno* nas declarações “EU SOU” estudadas acima, e isso é confirmado adicionalmente em *Hebreus* 1:10-12. Ele demonstrou sua *onisciência* ao conhecer os pensamentos das pessoas (*Marcos* 2:8; *João* 1:48; 2:25), ao saber “desde o princípio, quais eram os que não criam e quem o havia de trair” (*João* 6:64), ao proclamar que ele tinha um conhecimento igual àqueles de Deus o Pai (*Mateus* 11:25-27), e

³⁰ Robert L. Reymond, *Jesus, Divine Messiah: The Old Testament Witness* (Ross-shire, Scotland: Christian Focus Publications, 1990), 6.

ao reconhecer a afirmação de seus discípulos de que “[tu] sabes todas as coisas” (*João* 16:30; 21:17). Jesus demonstrou sua *onipresença* ao afirmar que ele sempre estaria com a sua igreja (*Mateus* 18:20; 28:20). E a *imutabilidade* de Deus o Filho é ensinada em *Hebreus* 13:8: “Jesus Cristo é o mesmo ontem, e hoje, e eternamente” (ARC).

Finalmente, somos ensinados no *Evangelho de João* que Jesus Cristo, que é a Palavra de Deus encarnada (1:1,14), é “um” ³¹ em essência com o Pai (10:30), recebe a mesma honra que o Pai (5:23), deve-se confiar e crer nele assim como se deve confiar e crer no Pai (14:1), manifesta o nome de Deus em sua Pessoa (17:6), revela a obra de Deus em sua obra (17:4), e revela as palavras de Deus em suas palavras (12:44-50; 17:8). De acordo com a Escritura, Jesus é plenamente divino.

A Natureza Humana

Assim como na história da igreja sempre houve aqueles que negaram a divindade genuína de Jesus Cristo, assim também sempre houve aqueles que negaram sua humanidade genuína, obviamente negando através disso não somente sua encarnação, mas também sua crucificação, sua ressurreição corporal e sua ascensão. No primeiro século emergiu uma forma de Gnosticismo conhecida como Docetismo (do verbo grego *dokeo*, “parecer ou aparentar”). Esta visão sustentava que seria mal para Deus tomar sobre si uma natureza humana, pois o mundo físico é em si mesmo pecaminoso. Assim, somente “parece ou aparenta” que Cristo tinha um corpo físico. O apóstolo João fala contra o Docetismo em *1João* 4:1-6.

Então, no quarto século, Apolinário, um tricotomista, ³² ensinou que Cristo tinha um corpo humano e uma alma humana, mas seu espírito humano tinha sido substituído pelo *Logos* divino. Isto, certamente, faz de Cristo menos do que humano. Esta visão foi condenada no Concílio de Constantinopla (381 d.C.).

Não obstante estes falsos ensinamentos, a *Confissão* (8:2) declara que a Segunda Pessoa da Trindade “quando chegou o cumprimento do tempo, tomou sobre si a natureza humana com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria e da substância dela”.

A natureza humana de Jesus Cristo é manifesta de várias formas no Novo Testamento. *Mateus* (1:18-25) e *Lucas* (1:26-38) nos informam, nas palavras da Confissão, que “quando chegou o cumprimento do tempo”, Cristo foi “concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria e da substância dela”. Isto, de acordo com *Mateus* 1:23, foi o cumprimento de *Isaías* 7:14: “Eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho e lhe chamará Emanuel”. Não é que o Filho de Deus se tornou um homem no sentido de abrir mão da sua divindade. Antes, como a Confissão diz, a Segunda Pessoa “tomou sobre si a natureza humana com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado” (veja *João* 1:14; *Hebreus* 4:15).

³¹ O numeral cardinal “um” (*hen*) usado em *João* 10:30 é neutro, excluindo através disso o significado de que o Pai e o Filho são uma Pessoa.

³² Falando de uma maneira simples, tricotomia é a crença errônea de que o homem consiste de três partes: corpo, alma e espírito. Dicotomia, por outro lado, é a crença correta de que o homem consiste de duas partes: corpo e alma ou espírito.

Jesus chama a si mesmo de homem em *João* 8:40, e ele é chamado de homem em inúmeras circunstâncias (*Marcos* 14:71; *Lucas* 23:4; *João* 4:29; 5:12; 10:33; *1Timóteo* 2:5). O autor de *Hebreus* é muito claro quando escreve que “visto, pois, que os filhos têm participação comum de carne e sangue, destes também ele [Cristo], igualmente, participou... Por isso mesmo, convinha que, em todas as coisas, se tornasse semelhante aos irmãos” (2:14,17). Além do mais, a descendência humana de Jesus é traçada tanto em *Mateus* 1:1-17 (até Abraão) como em *Lucas* 3:23-37 (até Adão). Então, em *Mateus* 26:26,38 e *Lucas* 23:46, lemos que Jesus Cristo tinha uma alma humana. Assim, aprendemos a partir destes versículos, como o *Breve Catecismo* (Q 22) ensina, que “Cristo, o Filho de Deus, fez-se homem tomando um verdadeiro corpo, e uma alma racional”.

Além disso, em *Lucas* 2:52 lemos que Jesus Cristo passou por um período de desenvolvimento humano, no qual ele “crescia em sabedoria, estatura e graça, diante de Deus e dos homens”. A Bíblia nos ensina que Jesus tinha necessidades humanas, tais como comida (*Mateus* 4:2), bebida (*John* 4:7) e sono (*Marcos* 4:38). Somos informados também que Jesus “aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu” (*Hebreus* 5:8). Ele se cansava (*João* 4:6), e tinha sangue humano em suas veias (*João* 19:34; *Hebreus* 2:14). Em *Tiago* 1:13 somos ensinados que Deus não pode ser tentado. Mas em *Mateus* 4:1-11 e *Hebreus* 2:17-18, é nos dito que Jesus foi tentado. Obviamente, então, esta tentação tinha a ver com sua natureza humana, e não com sua natureza divina. Também, a Escritura ensina que Deus é onisciente (*Atos* 15:18; *1João* 3:20), mas em *Marcos* 13:32 lemos que o Filho não sabia o tempo do segundo advento – uma referência óbvia à sua humanidade. A Bíblia também ensina que Deus é o doador da lei (*Isaías* 33:22; *James* 4:12), e, portanto, ele está acima da lei: “No céu está o nosso Deus e tudo faz como lhe agrada” (*Salmo* 115:3; 135:6). Mas Cristo como um ser humano, foi “nascido sob [sujeito] a lei” (*Gálatas* 4:4). Então também, sabemos que Deus, sendo imutável, não se emociona. Como a *Confissão* declara: Ele é “sem corpo, membros ou paixões”. Todavia, Jesus, como um ser humano, se emocionava. Por exemplo, ele expressou irritação ou indignação (*Marcos* 10:14), se entristeceu (*Marcos* 3:5), ficou perplexo, angustiado e perturbado (*Marcos* 14:34; *João* 12:27), e expressou surpresa ou admiração (*Marcos* 6:6; *Lucas* 7:9).

Outras evidências da humanidade genuína de Jesus são vistas no fato de que ele “cuspiu na terra, e, com a saliva, fez lodo” (*João* 9:6). Ele chorou a morte de Lázaro (*João* 11:35). Ele teve uma coroa de espinhos “posta na sua cabeça” e deram-lhe [os líderes judeus] “bofetadas” (*João* 19:2-3). E enquanto Jesus estava sobre a cruz, “um dos soldados lhe abriu o lado com uma lança, e logo saiu sangue e água” (*João* 19:34). Finalmente, Jesus morreu (*Marcos* 15:44-46). Mas mesmo após a ressurreição, ele revelou suas feridas aos seus discípulos (*João* 20:20,27). Em várias ocasiões ele comeu com eles (*Lucas* 24:28-43; *João* 21:9-14). E ele mostrou aos seus discípulos suas mãos e pés, e encorajou-os da seguinte forma: “apalpai-me e verificai, porque um espírito não tem carne nem ossos, como vedes que eu tenho” (*Lucas* 24:39). Então, como um ser humano, Cristo ascendeu à destra do Pai (*Marcos* 16:19; *Atos* 1:9-11).

É importante observar aqui que mesmo após a ascensão, Jesus Cristo permanece tanto Deus como homem. Como o *Catecismo Maior* (Q 36) ensina: “O Senhor Jesus Cristo, que, sendo o eterno Filho de Deus, da mesma substância e igual ao Pai, no cumprimento do tempo fez-se homem, e assim foi e *continua a ser* Deus e homem em duas naturezas perfeitas e distintas e uma só pessoa para sempre”. Isto é confirmado por Paulo quando ele escreve:

“Pois nele [Cristo] *habita continuamente* ³³ toda a plenitude da Divindade corporalmente”. E em *Filipenses* 3:20-21, o apóstolo ensina que Cristo está agora mesmo à destra do Pai na forma corpórea, e na sua segunda vinda “transformará o nosso corpo de humilhação, para ser igual ao corpo da sua glória”. Então, também, após a ascensão de Jesus, Estevão “fitou os olhos no céu e viu... o Filho do Homem, em pé à destra de Deus” (*Atos* 7:55-56). E o apóstolo João, tendo visto o Cristo ascendido como “o Filho do homem”, vestido em suas vestimentas sacerdotais, “caiu a seus pés como morto” (*Apocalipse* 1:12-17).

Isso de forma alguma implica que a natureza humana de Jesus é uma parte da Trindade. Não é! Sua humanidade é tanto uma parte da criação de Deus como o restante da humanidade. O que é único sobre o homem Jesus é que ele não tinha pecado. Esta verdade é frequentemente testemunhada no Novo Testamento. Jesus nasceu da virgem Maria, tendo sido concebido pelo Espírito Santo, evitando através disso a natureza corrupta que ele teria de outra forma herdado através da semente de Adão (*Lucas* 1:35). E durante toda a sua vida ele permaneceu “santo, inculpável, sem mácula, separado dos pecadores” (*Hebreus* 7:26). Ele era o cordeiro de Deus, “sem defeito e sem mácula” (*1Pedro* 1:19). Embora ele tenha sido “tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, todavia [ele permaneceu] sem pecado” (*Hebreus* 4:15). E quando sofreu em favor dos seus eleitos, ele “não cometeu pecado, nem dolo algum se achou em sua boca” (*1Pedro* 2:21-22). Por conseguinte, Deus o Pai, “àquele [Cristo] que não conheceu pecado, o fez pecado por nós [os eleitos]; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus” (*2Coríntios* 5:21).

Além do mais, a Bíblia ensina que para Jesus Cristo ser o Salvador da sua igreja, era essencial que ele fosse tanto Deus como homem. O *Catecismo Maior* (Q 38-40) explica:

Era necessário que o Mediador fosse Deus para poder sustentar a natureza humana e guardá-la de cair debaixo da ira infinita de Deus e do poder da morte; para dar valor e eficácia aos seus sofrimentos, obediência e intercessão; e para satisfazer a justiça de Deus, conseguir o seu favor, adquirir um povo peculiar, dar a este povo o seu Espírito, vencer todos os seus inimigos e conduzi-lo à salvação eterna.

Era necessário que o Mediador fosse homem para poder levantar a nossa natureza e obedecer à lei, sofrer e interceder por nós em nossa natureza, e simpatizar com as nossas enfermidades; para que recebêssemos a adoção de filhos, e tivéssemos conforto e acesso com confiança ao trono da graça.

Era necessário que o Mediador, que havia de reconciliar o homem com Deus, fosse Deus e homem e isto em uma só pessoa, para que as obras próprias de cada natureza fossem aceitas por Deus a nosso favor e que nós confiássemos nelas como as obras da pessoa inteira.

A Unidade da Pessoa

Como temos visto, durante toda a história da igreja, sempre houve aqueles que têm negado a divindade de Cristo e aqueles que têm negado sua humanidade. É também o caso que sempre houve aqueles que têm negado a visão bíblica da união das duas naturezas em uma

³³ Em *Colossenses* 2:9 o apóstolo usa o tempo presente do verbo grego *katoikeo* (“habitar”), enfatizando o fato de que as naturezas divina e humana de Jesus Cristo estão “continuamente” e inseparavelmente unidas na união hipostática. Esta união será discutida adicionalmente mais adiante.

Pessoa. Antes do que meramente distinguir entre as duas naturezas de Cristo, o Nestorianismo ³⁴ do quinto século dividiu Cristo em duas pessoas separadas. O Nestorianismo foi condenado no Concílio de Éfeso (431). Os Eutiquianos do quinto século, por outro lado, afirmaram que após a encarnação havia somente uma natureza em Cristo. Essa natureza não era nem completamente humana, nem completamente divina. Antes, a união produziu uma mistura das duas naturezas numa terceira natureza misturada, uma *tertium quid*. Essa visão, que é também conhecida como *monofisitismo* (“uma natureza”), foi condenada no Concílio de Calcedônia (451 d.C.).

A visão bíblica da unidade da Pessoa de Cristo é ensinada na *Confissão de Westminster* (8:2), que declara de Cristo que “as duas naturezas, inteiras, perfeitas e distintas — a divindade e a humanidade — foram inseparavelmente unidas em uma só Pessoa, sem conversão, composição ou confusão; essa Pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém, um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem”.

Os teólogos chamam a união das naturezas divina e humana de Jesus Cristo numa única Pessoa de união hipostática. Na encarnação, como ensinado pela *Confissão*, o eterno Filho de Deus tomou sobre si uma verdadeira natureza humana. Desde então, Jesus Cristo é, e sempre será, uma Pessoa (isto é, um Deus-homem), com duas naturezas auto-conscientes: uma divina e uma humana.

Mas aqui é onde a dificuldade se levanta. A declaração do credo de Calcedônia, citado acima, juntamente com muito do “Cristianismo” popular, tem uma visão diferente. Essa visão mantém que a partir do tempo da encarnação, a Segunda Pessoa da Divindade é uma Pessoa *divina* com duas naturezas: uma divina e uma humana. Louis Berkhof, um advogado dessa visão, explica: “Há apenas uma Pessoa no Mediador, e essa Pessoa é o imutável Filho de Deus. Na encarnação ele não se transformou numa pessoa humana; ele simplesmente assumiu uma natureza humana, a qual não se desenvolveu numa personalidade humana, mas se tornou pessoa na Pessoa do Filho. A Pessoa única divina, que possuía uma natureza divina desde a eternidade, assumiu uma natureza humana e agora tem duas”. ³⁵ Augustus Strong está de acordo com Berkhof. Ele conclui que a Pessoa única divina assumiu uma natureza humana impessoal. Em outras palavras, ele não se uniu com uma pessoa humana, mas com uma natureza humana “sem personalidade”. ³⁶

Nessa visão, a Pessoa única não é o Deus-homem, mas a Segunda Pessoa da Divindade. A dificuldade, então, é que, se Jesus Cristo tem duas naturezas completas – uma plenamente divina e outra plenamente humana – e, todavia, ele é uma Pessoa divina indivisa, como essa Pessoa pode ser genuinamente humana?

Isto é, se Jesus Cristo é, como ensinado em *Hebreus* 2:17, e afirmado pela declaração do credo de Calcedônia, “em todas as coisas semelhante a nós”, como ele não é uma pessoa humana? Se ele, como Calcedônia apropriadamente afirma, tomou sobre si uma natureza humana de forma que, “segundo a humanidade”, ele é “em todas as coisas semelhante a nós”, então ele tinha um corpo humano e uma alma humana. Não é ele então uma pessoa humana? Afinal, a Bíblia repetidamente reivindica que ele não é apenas uma natureza humana; ele é “o homem Cristo Jesus” (1 *Timóteo* 2:5).

³⁴ Nestorianismo tem esse nome por causa do fundador deste movimento, Nestório, embora seja disputado se ele endossava plenamente ou não a visão esposada pelos seus seguidores.

³⁵ Louis Berkhof, *Manual of Christian Doctrine* (Grand Rapids: Eerdmans, 1987), 184.

³⁶ Augustus H. Strong, *Systematic Theology*, three volumes in one (Valley Forge: Judson Press, 1907, 1985), II:692-693.

Além do mais, se a Pessoa auto-consciente do Deus-homem é a Segunda Pessoa da Trindade, como a maioria do “Cristianismo” popular afirma, então a natureza humana não seria auto-consciente. Todavia, em *Lucas* 2:52 lemos que Jesus crescia, não somente em “estatura” (isto é, fisicamente), mas também “em sabedoria” (mentalmente), mostrando assim que a natureza humana (pois a natureza divina, sendo onisciente, não pode crescer) de Jesus tinha uma consciência. Mas se o Deus-homem tinha duas consciências, então ele é duas pessoas: divina e humana.³⁷

Essa foi a questão com a qual Nestório lutou. E, como Thomas Morris apontou, outros pensadores cristão primitivos, tais como Gregório de Nyssa (aprox. 330-395), Gregório de Nazianzus (329-389), e Cirilo de Alexandria (falecido em 444), também viram esse problema. Eles não foram tão longe como os Nestorianos ao ponto de afirmar que Cristo tinha duas pessoas separadas. Mas eles sustentaram o que Morris chama de “a visão das duas mentes de Cristo”.³⁸ É irracional, assim diziam esses estudiosos, manter que o Deus-homem tinha somente uma auto-consciência divina. Se esse fosse o caso, ele não poderia ser plenamente homem.

A resposta para esse problema tem sido abismal. Tristemente, um modo típico de aliviar a dificuldade tem sido a abordagem kierkegardiana: coloque-a no mundo do paradoxo lógico. Outra solução é descartar o ensino bíblico de que Deus é impassional, e sugerir que a Segunda Pessoa da Divindade realmente sofreu sobre a cruz.

Essas, certamente, não são soluções reais de forma alguma. No último livro que ele escreveu, *The Incarnation*,³⁹ Gordon Clark tentou decifrar esse enigma. De acordo o Dr. Clark, “o erro fatal” nessa questão é a ausência de definições. Como o credo de Calcedônia, e como os outros, definem “pessoa”? Como “natureza” é definida? Aqui reside a dificuldade.⁴⁰ Aparentemente, quando os teólogos primitivos estavam formulando a doutrina da encarnação, os termos usados foram de certa forma ambíguos. Mas devemos nos guardar contra qualquer alegada solução que não forneça a humanidade plena de Jesus Cristo. E falar da humanidade de Cristo como uma natureza humana impessoal (se é que existe tal coisa), que se torna pessoal na encarnação, não resolve o problema. Além do mais, se a natureza se torna pessoal na Pessoa do Filho, então ela é uma pessoa humana.

O Dr. Clark faz algumas perguntas muito relevantes: “Se Jesus não era uma pessoa humana, quem ou o que sofreu na cruz? A Segunda Pessoa [da Trindade] não poderia ter sofrido, pois a divindade é impassional... Se então a Segunda Pessoa não podia sofrer, poderia uma natureza [humana impessoal] sofrer?”.⁴¹

O Dr. Clark continua: “Pelo contrário, somente... uma pessoa pode sofrer”. Além do mais, ele pondera, visto que a Bíblia nos ensina que Cristo possuía uma consciência humana,

³⁷ Nota do Publicador: Desafortunadamente, essa é uma das mais difíceis, todavia mais sublime, de todas as doutrinas da religião cristã. Embora a *Blue Banner* especificamente negue uma explicação Nestoriana da Personalidade de Cristo, deve também ser admitido que muita da explicação moderna do Credo de Calcedônia é também deficiente. Verificamos que muita da explicação moderna do termo “natureza humana” é ambíguo, na melhor das hipóteses. Como o *Breve Catecismo* (Q 22) claramente ensina, Cristo tinha um corpo verdadeiro e uma alma racional. Outra forma de dizer isso é que Cristo tinha tudo que está envolvido num ser humano.

³⁸ Thomas V. Morris, *The Logic of God Incarnate* (London: Cornell University Press, 1986), 102-103.

³⁹ Gordon H. Clark, *The Incarnation* (Trinity Foundation, 1988).

⁴⁰ Clark, *The Incarnation*, 15-17.

⁴¹ Clark, *The Incarnation*, 67.

mente e coração, e vontade, como ele pode não ser uma pessoa?”. A salvação dos eleitos é realizada “pela alegada morte de uma natureza [humana] impessoal?”. Não, diz Clark, “aquele que morreu sobre a cruz foi um homem, ele tinha ou era uma alma, ele era um ser humano, uma Pessoa”.⁴²

John Murray, um advogado da visão de Calcedônia, viu, todavia, as dificuldades com as “definições”. Ele escreve:

Talvez ao termo “Pessoa” possa ser dado uma conotação em nosso contexto moderno, e aplicado à natureza humana de Cristo, sem chocar através disso a unidade de sua Pessoa divina-humana. Em outras palavras, o termo “natureza” pode ser muito abstrato para expressar tudo o que pertence à sua humanidade e o termo “Pessoa” é necessário para expressar a humanidade que é verdadeira e apropriadamente sua.⁴³

O presente escritor está de acordo com Clark e Murray sobre esse ponto. Parece melhor, se vamos reter a linguagem clássica sobre esse assunto (isto é, Pessoa e natureza), dizer com a *Confissão de Westminster* (8:2) que Jesus possui “duas naturezas, inteiras, perfeitas e distintas — a divindade e a humanidade”, isto é, que ele é totalmente Deus e totalmente homem. E que na encarnação essas duas naturezas “foram inseparavelmente unidas em uma só Pessoa, sem conversão, composição ou confusão; essa Pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém, um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem”. Isto é, há um Senhor Jesus Cristo, um Deus-homem (isto é, a Pessoa única), que possui duas naturezas distintas e inseparáveis, ambas das quais devem ser consideradas “pessoais”, visto que ele é completamente divino e completamente humano. Não há nada impessoal sobre a natureza divina ou humana. De outra forma, Jesus Cristo não poderia ser completamente Deus, nem completamente homem. Quando à sua humanidade, Cristo tinha uma mente ou alma humana, e um corpo humano. Ele é “o *Homem* Cristo Jesus” (1 *Timóteo* 2:5).

É importante apontar também que no tempo da encarnação, a natureza divina de Jesus Cristo, sendo imutável, não poderia e não passou por nenhuma mudança. Ele não colocou de lado nenhum dos atributos divinos quando ele tomou sobre si uma natureza humana. De fato, ele não poderia ter feito isso e ainda permanecer divino. Como Wayne Grudem afirma, “nenhum mestre reconhecido nos primeiros 1800 anos de história da igreja... [creu] que o Filho de Deus [na encarnação] abandonou alguns dos seus atributos divinos”.⁴⁴

No século dezenove, contudo, teólogos modernistas desenvolveram o que é conhecido como “teologia kenótica”, do verbo grego *kenoo* (“esvaziar”), que Paulo usa em *Filipenses* 2:7, onde ele escreve que Jesus Cristo “esvaziou a si mesmo”. A teoria é que na encarnação, Jesus Cristo “esvaziou-se” ou desvestiu-se (pelo menos de alguns) dos seus atributos divinos. Uma das razões pelas quais os modernistas promovem esta teoria é que, se puder ser mostrado que Cristo pôs de lado sua onisciência, então seria fácil explicar o porquê ele errou quando ensinou que a Bíblia era a Palavra de Deus infalível e inerrante.

⁴² Clark, *The Incarnation*, 67-70.

⁴³ John Murray, *Collected Writings of John Murray* (Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1977), II:138.

⁴⁴ Wayne Grudem, *Systematic Theology: An Introduction to Biblical Doctrine* (Leicester, England: InterVarsity Press; Grand Rapids: Zondervan, 1994), 550.

Contudo, isto não é o que Paulo ensina. Como Robert Reymond ⁴⁵ argumentou convincentemente, o que o apóstolo está dizendo é que Cristo “esvaziou-se” após ter tomado sobre si “a forma de um servo” (*Filipenses* 2:7), ⁴⁶ indo à cruz (versículo 8). A ação referida em “tendo tomado a forma de um servo” de Jesus é antecedente ao seu esvaziar-se na sua obra redentora na cruz. A Segunda Pessoa da Deidade, então, não pôs de lado nenhum atributo divino no tempo da encarnação. Como observado, tal coisa seria impossível, pois ele teria cessado de ser Deus. Antes, na encarnação, Cristo adicionou algo: uma natureza humana.

Ou dito de outra forma, o Filho de Deus, durante seu ministério terreno, nunca cessou de ser plenamente divino. Ele continuou a exercer todos os seus atributos divinos. Sendo imutável, ele não poderia fazer algo diferente disso. Como João Calvino escreve:

Ora, de modo maravilhoso, do céu desceu o Filho de Deus, e no entanto ele não deixou o céu; de modo maravilhoso, quis sofrer a gestação no útero da Virgem, andar pela terra e pender na cruz, para que sempre enchesse o mundo, assim como desde o início. ⁴⁷

A Comunicação dos Atributos

Um dos efeitos da união hipostática é aquele da “comunicação dos atributos” (*communicatio idiomatum*). Isto significa que tudo o que pode ser atribuído à natureza divina ou humana de Cristo, é atribuído também à Pessoa de Cristo. Tudo o que é verdadeiro sobre a natureza é verdadeiro sobre a Pessoa. Como declarado pela *Confissão* (8:7):

Cristo, na obra da mediação, age de conformidade com as suas duas naturezas, fazendo cada natureza o que lhe é próprio: contudo, em razão da unidade da pessoa, o que é próprio de uma natureza é às vezes, na Escritura, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza.

Por exemplo, a Bíblia fala de Jesus Cristo, o Deus-homem, dormindo num barco (*Marcos* 4:38), enquanto a Escritura nos diz que Deus “não dormita, nem dorme” (*Salmo* 121:4). Da mesma forma, *Atos* 20:28 refere-se ao sangue de Deus, que foi derramado sobre a cruz. Mas Deus, que é puro espírito (*João* 4:24), não tem sangue (*Lucas* 24:39). Em cada um desses casos, é a humanidade de Cristo que é mencionada, mas o que é dito sobre ele, é atribuído à Pessoa (isto é, ao Deus-homem).

Esta visão Reformada da comunicação dos atributos é substancialmente diferente da visão sustentada pela Igreja Luterana. De acordo com o Luteranismo, por causa da encarnação, embora a natureza divina não seja limitada pela natureza humana, todavia, alguns dos atributos divinos são comunicados à humanidade de Cristo. Desta forma, Jesus Cristo pode de alguma maneira estar fisicamente presente na ceia do Senhor “no, com e sob” o pão e vinho. Sua natureza humana, neste sentido, é ubíqua. O perigo desta visão deveria ser óbvio. Um humano ubíquo é uma contradição. A doutrina Luterana virtualmente deifica a natureza humana de Cristo e implicitamente nega sua humanidade genuína.

⁴⁵ Reymond, *Jesus, Divine Messiah: The New Testament Witness*, 251-266.

⁴⁶ O forma verbal, *labon*, usada por Paula em *Filipenses* 2:7 é um participio aoristo, e deveria ser traduzida: “tendo tomado a forma de um servo”.

⁴⁷ Calvin, *Institutes* II:13:4.

Os Estados de Cristo

Quando estudando o assunto da Pessoa de Cristo, é costumário os teólogos Reformados falarem dos “estados de Cristo”. Isto tem a ver com a relação do Mediador com a lei de Deus. Cristo, a Segunda Pessoa da Deidade, como o doador da lei (*Isaías 33:22; Tiago 4:12*), não está sob a lei. Isto é, ele mesmo não é sujeito à lei. Como a deidade eterna, ele “tudo faz como lhe agrada” (*Salmo 115:3; 135:6*). Mas na encarnação, a Segunda Pessoa da Trindade tomou sobre si uma natureza humana e ficou sob a lei (*Gálatas 4:4*). Isto é, durante o tempo de sua humilhação, Cristo foi um servo sob a lei. Em seu estado de exaltação, contudo, este não é o caso. Ele não está mais obrigado a obedecer a lei. Esta doutrina é bem expressa no *Breve Catecismo de Westminster* (Q 27-28):

A humilhação de Cristo consistiu em Ele nascer, e isso em condição baixa, feito sujeito à lei; em sofrer as misérias desta vida, a ira de Deus e amaldiçoada morte na cruz; em ser sepultado, e permanecer debaixo do poder da morte durante certo tempo.

A exaltação de Cristo consiste em Ele ressurgir dos mortos no terceiro dia; em subir ao Céu e estar sentado à mão direita de Deus Pai, e em vir para julgar o mundo no último dia.

O Estado de Humilhação

O estado de humilhação de Jesus começou na encarnação (sua concepção e nascimento). Ele assumiu uma natureza humana “em semelhança de carne pecaminosa” (*Romanos 8:3*). Neste momento, ele tornou-se um servo sob a lei (*Gálatas 4:4*), cuja lei ele perfeitamente cumpriu durante seu ministério terreno (*Mateus 5:17; Romanos 5:19*). Jesus Cristo sofreu durante toda a sua vida sobre a terra. Ele experimentou assaltos de Satanás (*Mateus 4:1-11*), e o ódio de seus próximos (*João 8:30-59; 11:45-54*). Então também, Jesus experimentou os sofrimentos ordinários da humanidade: ele se cansou (*João 4:6*), sentiu fome (*Mateus 4:2*), teve sede (*João 19:19:28*), e foi abandonado (*Mateus 26:56*). Jesus era “homem de dores e que sabe o que é padecer” (*Isaías 53:3*). Durante este tempo Jesus “aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu” (*Hebreus 5:8*), fazendo-se assim um Salvador simpático (*Hebreus 2:18; 4:15*). O sofrimento de Jesus, certamente, alcançou seu zênite sobre a cruz. Em sua morte, Jesus tornou-se pecado para os eleitos (*2Coríntios 5:21*), sofrendo a maldição da lei no lugar deles (*Gálatas 3:13*). Como o *Catecismo Maior* (Q 49) ensina:

Cristo humilhou-se na sua morte porque, tendo sido traído por Judas, abandonado pelos seus discípulos, escarnecido e rejeitado pelo mundo, condenado por [Pôncio] Pilatos e atormentado pelos seus perseguidores, tendo também lutado com os terrores da morte e os poderes das trevas, tendo sentido e suportado o peso da ira de Deus, Ele deu a sua vida como oferta pelo pecado, sofrendo a penosa, vergonhosa e maldita morte da cruz.

O estágio final do estado de humilhação de Cristo foi seu enterro. O sofrimento foi completo na cruz (*João 19:30*), mas ele tinha ainda que completar o complexo morte-enterro de acordo com as profecias do Antigo Testamento (*Isaías 53:9; Salmo 16:10*, compare *Atos 2:27-31; 13:34-35*). Diz o *Catecismo Maior* (Q 50): “A humilhação de Cristo depois da sua morte consistiu em ser ele sepultado, em continuar no estado dos mortos e

sob o poder da morte até ao terceiro dia; o que, aliás, tem sido exprimido nestas palavras: Ele desceu ao inferno (Hades)".⁴⁸

O Estado de Exaltação

A primeira fase do estado de exaltação de Cristo foi, como o *Catecismo Maior* (Q 52) declara, a ressurreição: “Cristo foi exaltado na sua ressurreição em não ter visto a corrupção na morte (pela qual não era possível que ele fosse retido), e o mesmo corpo em que sofrera, com as suas propriedades essenciais (sem a mortalidade e outras enfermidades comuns a esta vida), tendo realmente unido à sua alma, ressurgiu dentre os mortos ao terceiro dia”. Neste ponto Jesus Cristo foi “declarado Filho de Deus em poder” (*Romanos* 1:4, ARC).

Na ressurreição, o Pai vindicou plenamente seu Filho (*Atos* 17:31), como “Senhor tanto de mortos como de vivos” (*Romanos* 14:9), e Cabeça da igreja (*Efésios* 1:20-23). A vitória de Cristo foi proclamada a todo o mundo. Morte e pecado tinham sido derrotados (*2Timóteo* 1:10; *Hebreus* 2:14). A justiça divina tinha sido satisfeita (*Romanos* 8:34). Além disso, o corpo ressurreto de Cristo não mais estava sujeito à fraqueza, sofrimento e morte (*Romanos* 6:9-10; *1Coríntios* 15:42-44; *Filipenses* 3:20-21). Aparte da ressurreição de Cristo, a esperança cristã é vã (*1Coríntios* 15:12-19). Sua ressurreição é uma parte central da mensagem do Evangelho (*1Coríntios* 15:3-4). Ela garante a ressurreição final de todos os eleitos (*1Coríntios* 15:20-23).

É importante observar que a ressurreição de Cristo teve mais do que uma mera significância pessoal. Ela é cósmica em seu escopo. Em *1Coríntios* 15:20-58, Paulo argumenta que a ressurreição de Jesus é, num sentido muito real, a contraparte da criação. Richard Gaffin explica:

A ressurreição de Cristo é o início da nova e final ordem do mundo, uma ordem descrita como espiritual e celestial. Ela é a aurora da nova criação, o começo da era escatológica. Em termos da estrutura conceitual com a qual Paulo vê o todo da história, ela é o início da era porvir.⁴⁹

A segunda fase do estado de exaltação de Cristo é sua ascensão. Quarenta dias após a ressurreição, Jesus foi “elevado” até o Pai (*Lucas* 24:50-53; *Atos* 1:1-11). Ali ele tomou seu lugar por direito à destra de Deus (*Atos* 2:29-36; *Efésios* 1:20-22; *Hebreus* 1:3). Teólogos se referem a isto como “a sessão”. À destra do Pai, Cristo intercede em favor dos santos em seu ministério sacerdotal perpétuo (*Romanos* 8:34; *Hebreus* 7:25). Do seu trono celestial, Jesus Cristo governa o universo como Rei dos reis e Senhor dos senhores (*Apocalipse* 1:5; *19:16*; *Atos* 2:29-36; *Efésios* 1:19-23). Raymond conclui:

Em suma, a ascensão significa para o Filho, como o Messias divino-humano, a elevação das prerrogativas de investidura Messiânica a uma escala universal, direitos que já eram seus por ser Deus o Filho, mas que ele “ganhou” ou foi

⁴⁸ A declaração “ele desceu ao inferno” é encontrada no Credo dos Apóstolos. E a Assembléia de Westminster ensina corretamente seu significado. O *Catecismo de Heidelberg* (Q 44) concorda, quando pergunta: “Por que se acrescenta: ‘desceu ao inferno’?”. Resposta: “Porque meu Senhor Jesus Cristo sofreu, principalmente na cruz inexprimíveis angústias, dores e terrores. Por isso, até nas minhas mais duras tentações, tenho a certeza de que ele me libertou da angústia e do tormento do inferno”. Em outras palavras, de acordo com a teologia Reformada, o mito que Jesus Cristo desceu ao *limbus patrum* (o lugar dos santos mortos do Antigo Testamento) para libertar os prisioneiros não tem suporte bíblico.

⁴⁹ Richard B. Gaffin, Jr., *Resurrection and Redemption* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1978), 89-90.

“recompensado”, como o Filho encarnado, por cumprir as obrigações pertencentes ao estado de humilhação intrínseco à investidura Messiânica.⁵⁰

A fase final do estado de exaltação de Cristo ocorrerá na segunda vinda. De acordo com o *Catecismo Maior* (Q 56):

Cristo há de ser exaltado na sua vinda para julgar o mundo, em que, tendo sido injustamente julgado e condenado pelos homens maus, virá segunda vez no último dia com grande poder e na plena manifestação da sua glória e da do seu Pai, com todos os seus santos e anjos, com brado, com voz de arcanjo e com a trombeta de Deus, para julgar o mundo em retidão.

⁵⁰ Robert L. Reymond, *A New Systematic Theology of the Christian Faith* (Nashville: Thomas Nelson, 1998), 581.

Capítulo Três: A Obra de Cristo

Voltamos nossa atenção agora para a obra de Cristo. O que ele faz? Qual é a sua função? Para entender apropriadamente a obra de Jesus Cristo, o Mediador, é importante que primeiro consideremos a distinção bíblica entre a Trindade ontológica e a Trindade econômica.

A Trindade

A *Confissão de Fé de Westminster* (2:3) sumariza a doutrina bíblica da Trindade da seguinte forma: “Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância [essência], poder e eternidade - Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo, O Pai não é de ninguém - não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho”.

Nesta declaração temos os três principais ensinamentos com respeito à Trindade ontológica: (1) há um Deus vivo e verdadeiro que existe eternamente em três Pessoas; (2) todas as três Pessoas são igualmente divinas; (3) cada uma das três Pessoas tem propriedades distintas.

O Cristianismo é tanto monoteísta como trinitariano. Monoteísmo é a doutrina, como ensinada no *Breve Catecismo* (Q 5), que “há só um Deus, o Deus vivo e verdadeiro”. Em *Deuteronômio* 6:4 lemos: “Ouve, Israel, o SENHOR, nosso Deus, é o único SENHOR”.

Há uma unidade dentro da Deidade: unicidade; mas há também uma pluralidade: trindade. Isto não significa que Deus é um e três no mesmo sentido; que seria contraditório. Deus é um num sentido: essência; e três em outro sentido: Pessoas. Isto é algo exclusivo do Cristianismo. O Judaísmo e Islamismo são ambos monoteístas, mas nenhum deles é trinitariano. Na doutrina cristã, a unicidade de Deus e a trindade de Deus são ambas verdadeiras e essenciais ao Cristianismo. Como o *Breve Catecismo* (Q 6) declara: “Há três pessoas na Divindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo”.

E cada Pessoa, como o *Catecismo* (Q 6) continua para dizer, é cem por cento divina: “e estas três são um Deus, da mesma substância [essência], iguais em poder e glória”. Isto é, cada membro da Trindade, ontologicamente falando, “é espírito, infinito, eterno e imutável em seu ser, sabedoria, poder, santidade, justiça, bondade e verdade” (Q 4).⁵¹

Cada Pessoa da Divindade, então, é plenamente divina. Mas cada Pessoa tem propriedades que a distinguem das outras Pessoas. As diferenças entre as três não são diferenças em essência; elas são distinções dentro da Trindade. Somente o Pai pode dizer “Eu sou o Pai”; somente o Filho pode dizer “Eu sou o Filho”; e somente o Espírito Santo pode dizer “Eu sou o Espírito Santo”. Ao se referir aos outros membros da Trindade, o Pai pode dizer “Ele é o Filho e Ele é o Espírito”, mas não pode dizer “Eu sou o Filho” ou “Eu sou o Espírito”. Da mesma forma, o Filho pode dizer “Ele é o Pai e Ele é o Espírito”, mas não pode dizer “Eu sou o Pai” ou “Eu sou o Espírito”. E o Espírito Santo pode dizer “Ele é o Pai e Ele é o Filho”, mas não pode dizer “Eu sou o Pai” ou “Eu sou o Filho”.

⁵¹ Como observado no capítulo anterior, o corpo e alma da Segunda Pessoa encarnada da Divindade não são partes da Trindade.

Declarado de uma forma simples, o que distingue os três membros da Divindade é a paternidade eterna do Pai, a Filiação eterna do Filho, e a processão eterna do Espírito. Como observado acima, a Assembléia de Westminster fala das propriedades distintas dentro da Trindade da seguinte forma: “O Pai não é de ninguém - não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho”.

A história da igreja testemunhou duas heresias principais com respeito à doutrina bíblica da Trindade: modalismo (ou Sabelianismo⁵²) e subordinacionismo. O modalismo ensina que Deus é um em essência e um em Pessoa. Não há três Pessoas na Divindade, mas apenas três maneiras de se referir à mesma e única Pessoa. Algumas vezes a Bíblia chama esta Pessoa de Pai (e.g., quando ela fala da criação), algumas vezes ela é chamada de Filho (e.g., quando ela fala da redenção) e algumas vezes ela é chamada de Espírito Santo (e.g., quando ela fala de regeneração e santificação). O Filho e o Espírito são chamados “modos” de Deus; por conseguinte, o nome modalismo. No modalismo a unidade de Deus é assegurada, mas à custa da tri-idade divina das Pessoas.

O subordinacionismo ensina que há um Deus: o Pai. O Filho e o Espírito são divindades menores, se é que divindades. O Filho e o Espírito, dizem os subordinacionistas, não são seres eternos; assim, eles são subordinados ao Pai. O Unitarianismo moderno, o Mormonismo, os Testemunhas de Jeová, e as teologias relacionadas com esses movimentos desenvolveram-se a partir do subordinacionismo ensinado nos primeiros anos do Cristianismo.

Isto não é o mesmo que dizer que a doutrina bíblica da Trindade não reconhece uma ordem de economia, ou administração, dentro da Divindade. Aqui há uma forma de subordinacionismo. Esta subordinação não é na essência dos membros da Trindade, mas na função ou papel que cada membro tem. Isto é descrito como Trindade econômica.⁵³

Há passagens bíblicas que declaram que o Pai enviou o Filho ao mundo para realizar sua obra redentora (*Marcos* 9:37; *João* 17:3). E há passagens que ensinam que o Pai e o Filho enviam o Espírito (*João* 14:26; 15:26; 16:7). Da mesma forma, Jesus disse: “O Pai é maior do que eu” (*João* 14:28). Mas estes versículos não ensinam um subordinacionismo dentro da Trindade ontológica; isto é, eles não dizem nada com respeito à natureza divina dos membros da Divindade. Antes, estes versículos ensinam que dentro da Trindade (econômica), cada membro tem funções para realizar na história redentora.

Na obra de redenção, por exemplo, o Pai é aquele que elege (*Efésios* 1:3-4; *1Pedro* 1:2), o Filho é aquele que se encarna e realiza a redenção para o eleito (*João* 1:1,14; *Efésios* 1:7; *1Pedro* 1:2), e o Espírito é aquele que aplica a redenção regenerando o eleito (*João* 3:3-8; *Tito* 3:5-6), e progressivamente os santifica (*2Coríntios* 3:17-18; *2Tessalonicenses* 2:13).

A *Confissão de Fé de Westminster* (8:1,5,8) declara isso da seguinte forma:

⁵² Sabélí (aprox. 200 d.C.) foi um dos primeiros a ensinar esta visão errônea da Trindade.

⁵³ Teólogos usam a palavra “econômica” para descrever a relação entre as Pessoas da Trindade, pois a palavra “econômica” carrega a idéia de valor atribuído, ao invés de valor relacionado à essência de uma coisa. Uma “venda” ocorre quando vários valores são atribuídos, por um comprador e vendedor, aos artigos a venda. Assim, o Filho pode ter uma posição “atribuída” subordinada ao Pai, e o Espírito pode ter uma posição “atribuída” subordinada ao Pai e ao Filho, sem introduzir a idéia de que eles são essencialmente separados e inferiores ao Pai, ou o Pai e o Filho respectivamente.

Aprouve a Deus [o Pai] em seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem... e deu-lhe desde toda a eternidade um povo para ser sua semente e para, no tempo devido, ser por ele remido, chamado, justificado, santificado e glorificado.

O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que pelo Eterno Espírito, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfaz plenamente à justiça do Pai. e para todos aqueles que o Pai lhe deu adquiriu não só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus.

Cristo, com toda a certeza e eficazmente aplica e comunica a salvação a todos aqueles para os quais ele a adquiriu. Isto ele consegue, fazendo intercessão por eles e revelando-lhes na palavra e pela palavra os mistérios da salvação, persuadindo-os eficazmente pelo seu Espírito a crer e a obedecer, dirigindo os corações deles pela sua palavra e pelo seu onipotente poder e sabedoria, da maneira e pelos meios mais conformes com a sua admirável e inescrutável dispensação.

Neste sentido, e neste sentido apenas, Deus o Pai é maior do que o Filho, e o Filho e o Pai são maiores do que o Espírito; não em sua essência, mas em sua ordem ou economia administrativa.

Como estudado acima, quando a *Confissão de Westminster* (2:3) afirma que “o Pai não é de ninguém - não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho”, isto tem referência ao relacionamento eterno que existe entre os membros da Trindade. Isto é, assim como o Pai sempre foi o Pai, assim também o Filho sempre foi o Filho, e o Espírito sempre foi o Espírito Santo.

Contudo, tristemente há outra forma que os teólogos têm utilizado a terminologia que encontramos na *Confissão*, uma que foi formulada no Credo Niceno (325 d.C.), no Credo de Constantinopla (381 d.C.) e o Sínodo de Toledo (589 d.C.). O Credo Niceno, por exemplo, diz que o Filho foi eternamente gerado “da essência do Pai”.⁵⁴

Na melhor das hipóteses, esta linguagem é implicitamente subordinacionista, e João Calvino a contestou fortemente, declarando a doutrina da “geração eterna” do Filho ser uma “tolice”. Como a Segunda Pessoa da Divindade, Cristo é *autotheos* (“Deus mesmo”).⁵⁵ Loraine Boettner também falou contra o subordinacionismo implícito na doutrina da “geração eterna” do Filho. Ele observou:

Preferimos dizer... que dentro da vida essencial da Trindade nenhuma pessoa é anterior a, nem gerado por, nem procede de, outra, e que tal prioridade e subordinação, como encontramos reveladas nas obras da criação, redenção e santificação, relacionam-se, não à imanente [ontológica], mas à Trindade econômica.⁵⁶

⁵⁴ O Credo Niceno diz: “Creio em Deus o Pai, Todo-poderoso, Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis. E em um Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, gerado do Pai, gerado somente, isto é, *a partir da essência do Pai* (*ek tes ousias tou Patros*). Para mais sobre isto, veja Robert L. Reymond, *A New Systematic Theology of the Christian Faith* (Nashville: Thomas Nelson, 1998), 317-341.

⁵⁵ John Calvin, *Institutes of the Christian Religion*. Vols. I & II, Library of the Christian Classics, John T. McNeill, editor, traduzido por Ford Lewis Battles (Philadelphia: Westminster, 1960), I:13:29.

⁵⁶ Loraine Boettner, *Studies in Theology* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1947), 123.

Simplificando, o conceito de Trindade econômica tem a ver com as obras do Deus triúno fora de si mesmo (*ad extra*), enquanto o conceito da Trindade ontológica tem a ver com as obras internas (*ad intra*). Somente dentro da Trindade econômica é permissível falar dos papéis subordinados do Filho ao Pai, e do Espírito ao Pai e ao Filho. Um entendimento correto desta distinção é extremamente necessário no estudo da Cristologia, particularmente com respeito à obra de Cristo. Este entendimento permitirá também que vejamos o óbvio subordinacionismo ensinado em algumas seitas (e.g., Testemunhas de Jeová, Mórmons).

A Obediência Ativa e Passiva de Cristo

Se fôssemos sumarizar a obra de Cristo numa palavra, esta palavra seria “obediência”. Sua vida inteira foi uma vida de obediência. Paulo diz que “pela *obediência* de um só homem [Cristo], muitos [os eleitos] se tornarão justos” (*Romanos* 5:19); e que Cristo “a si mesmo se humilhou, tornando-se *obediente* até à morte e morte de cruz”. O autor de *Hebreus* afirma que “embora sendo Filho, aprendeu a *obediência* pelas coisas que sofreu” (5:8).

Nas palavras de Calvino:

Agora, quando se pergunta como, cancelados os pecados, Cristo tenha removido o antagonismo existente entre nós e Deus, e adquirido a justiça que no-lo fizesse favorável e benévolo, pode-se responder, de modo geral, que isto ele nos conseguiu mediante todo o curso de sua *obediência*.⁵⁷

Os teólogos freqüentemente distinguem entre obediência “ativa” ou “preceptiva” de Jesus Cristo, e sua obediência “passiva” ou “penal”. A obediência ativa tem a ver com a vida perfeitamente justa de Cristo; a obediência passiva, por outro lado, diz respeito ao seu sofrimento.

Em sua obediência ativa (ou preceptiva), o Senhor Jesus Cristo viveu uma vida de perfeita obediência à lei de Deus em sua inteireza (*Mateus* 5:17; *Hebreus* 4:15; 7:26), para assim obter a justiça para os eleitos (*Romanos* 5:19; *1Coríntios* 1:30; *Filipenses* 3:9). Assim como o primeiro Adão quebrou o pacto das obras no Jardim do Éden, colocando toda a humanidade sob a maldição do pecado (*Gênesis* 3; *Romanos* 5:12-19), o segundo e último Adão, Jesus Cristo (*1Coríntios* 15:45,47), veio para cumprir este pacto em favor dos eleitos (*Romanos* 5:19). A obediência ativa de Cristo era necessária, para que sua justiça pudesse ser imputada legalmente aos eleitos (*2Coríntios* 5:21).

A obediência passiva de Cristo em sua obra redentora na cruz, aparte da obediência ativa, não seria suficiente. Não é meramente uma neutralidade moral que uma pessoa precisa da parte de Cristo (em que seus pecados são perdoados), mas uma justiça moral positiva também. Isto é, Cristo fez mais do que morrer pelos eleitos; ele também se tornou a justiça deles. Este é o porquê Paulo escreve que o seu objetivo era “ser achado nele [Cristo], não tendo justiça própria, que procede de lei, senão a que é mediante a fé em Cristo, a justiça que procede de Deus, baseada na fé” (*Filipenses* 3:9). Por conseguinte, lemos em *1Coríntios* 1:30 que “Cristo Jesus... se... tornou... [nossa] justiça”. Em sua obra de obediência passiva (ou penal), o Senhor Jesus Cristo, por imputação legal, suportou os pecados dos eleitos. Cristo “mesmo”, escreve Pedro, “carregou em seu corpo, sobre o madeiro, os nossos

⁵⁷ Calvin, *Institutes* II:16:5.

pecados, para que nós, mortos para os pecados, vivamos para a justiça; por suas chagas, fostes sarados” (1Pedro 2:24).

Não devemos pensar que o sofrimento de Cristo sobre a cruz foi a totalidade do seu sofrimento em favor do seu povo. Na realidade, a inteireza da sua vida terrena foi sofrimento em favor deles. Em *João* 1:29 somos ensinados que Jesus Cristo é o “Cordeiro de Deus, que continuamente tira ⁵⁸o pecado do mundo” (versão do autor). A obediência passiva de Cristo é sumarizada no *Breve Catecismo* (Q 27) da seguinte forma: “A humilhação de Cristo consistiu em ele nascer, e isso em condição baixa, feito sujeito à lei; em sofrer as misérias desta vida, a ira de Deus e amaldiçoada morte na cruz”. ⁵⁹

É devido tanto à obediência ativa como passiva, então, que a dupla imputação ocorre na obra da cruz de Cristo. Sua justiça é legalmente imputada aos eleitos, e seus pecados lhes são legalmente imputados. Paulo claramente ensina isto em *2Coríntios* 5:21: “Aquele que não conheceu pecado, ele [Deus o Pai] o [Cristo] fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus”.

Os Três Ofícios de Cristo

Robert Reymond afirma de maneira sucinta e correta:

Como o Fiador dos eleitos no plano eterno de salvação, e no cumprimento das promessas pactuais de Deus (*Lucas* 1:54-55, 68-73; *Romanos* 15:8-9; *Gálatas* 3:8-9, 13-14), e como o Mediador do pacto da graça e o único Redentor dos eleitos de Deus, o Senhor Jesus Cristo realizou sua obra salvadora em favor deles em seu ofício triplo de Profeta (*Deuteronômio* 18:15; *Lucas* 4:18-21; 13:33; *Atos* 3:22), Sacerdote (*Salmo* 110:4; *Hebreus* 3:1; 4:14-15; 5:5-6; 6:20; 7:26; 8:1) e Rei (*Isaías* 9:6-7; *Salmos* 2:6; 45:6; 110:1-2; *Lucas* 1:33; *João* 18:36-37; *Hebreus* 1:8; *2Pedro* 1:11; *Apocalipse* 19:16).⁶⁰

Como Reymond sugere, os teólogos Reformados geralmente estudam a obra de Cristo sob seu triplo ofício de Profeta, Sacerdote e Rei. Como visto anteriormente, o título “Cristo” (*Christos*) do Novo Testamento, que é equivalente ao título “Messias” (*Mashiach*), significa “ungido”. No Antigo Testamento, os profetas (*1Reis* 19:16; *Salmo* 105:15; *Isaías* 61:1), sacerdotes (*Êxodo* 29:7; *Salmo* 133:2), e reis (*1Samuel* 10:1; 16:13), eram ungidos para realizar os seus chamados dados por Deus. Assim também, em seu batismo (*Mateus* 3:16-17), Jesus Cristo foi ungido (*Lucas* 4:17-21; *Hebreus* 1:9), para realizar o chamado do seu triplo ofício. Para citar o *Breve Catecismo* (Q 23-26):

Cristo, como nosso Redentor, exerce as funções de profeta, sacerdote e rei, tanto no seu estado de humilhação como no de exaltação.

Cristo exerce as funções de profeta, revelando-nos, pela sua Palavra e pelo seu Espírito, a vontade de Deus para a nossa salvação.

⁵⁸ O uso do particípio *airon* (tirar) no tempo presente em *João* 1:29, enfatiza a natureza contínua do “tirar o pecado do mundo” de Cristo.

⁵⁹ Mais será dito sobre a obediência ativa e passiva de Cristo adiante.

⁶⁰ Reymond, *A New Systematic Theology of the Christian Faith*, 623-624.

Cristo exerce as funções de sacerdote, oferecendo-se a si mesmo uma vez em sacrifício, para satisfazer a justiça divina, reconciliar-nos com Deus e fazendo contínua intercessão por nós.

Cristo exerce as funções de rei, sujeitando-nos a si mesmo, governando-nos e protegendo-nos, contendo e subjugando todos os seus e os nossos inimigos.

O Ofício de Profeta

A Bíblia nos ensina que Deus se revelou à humanidade tanto na revelação geral como na especial. A primeira, que é dada inatamente a todos os homens *como* homens, é proposicional e inerradicável. Ela é suficiente para revelar algo de Deus a todos os homens, deixando-os sem escusa por sua ignorância, incredulidade e rebelião contra Deus (*Romanos* 1:18-21; 2:14-15). Todavia, como a *Confissão de Westminster* (1:1) propriamente ensina, a revelação geral é insuficiente “dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação... isto torna indispensável a Escritura Sagrada”. Sem a revelação especial, isto é, as proposições da Palavra de Deus, o homem pecador é incapaz de chegar ao conhecimento correto e salvífico de Deus. A necessidade da revelação especial reside na insuficiência da revelação geral.

Jesus Cristo, o *Logos* divino, em seu papel de Profeta, nos dá os 66 livros da Escritura. A Segunda Pessoa da Trindade, como o Anjo do Senhor, foi aquele que revelou a lei para Israel no Monte Sinai (*Atos* 7:38). Pedro nos informa que na era do Antigo Testamento, foi também Cristo, por meio do seu Espírito, quem falou por meio dos profetas (*1Pedro* 1:10-12; 3:18-20). E como somos informados por Lucas, a inteireza do Antigo Testamento aponta para Cristo (*Lucas* 24:44).

A função dos profetas do Antigo Testamento era tanto “predizer” (*Isaías* 2:2-4; 7:14; 9:6-7), como “anunciar” (*Amós* 1-2) a Palavra de Deus. Eles representavam ou falavam por Deus ao povo. O Antigo Testamento também predisse a vinda de um Profeta, o Messias, que seria a revelação suprema e final de Deus ao homem (*Deuteronômio* 18:15). E o Novo Testamento nos assegura que esta profecia foi cumprida com a vinda de Jesus Cristo (*Atos* 3:22-26; *Hebreus* 1:1-2). Ele é aquele “poderoso em obras e palavras, diante de Deus e de todo o povo” (*Lucas* 24:19). Ele é o *Logos* eterno que veio para fazer o Pai conhecido (*John* 1:1,14,18).

Durante seu ministério terreno, como Profeta, “ele [Cristo] percorria as aldeias circunvizinhas, a ensinar” (*Marcos* 6:6). “Vamos a outros lugares, às povoações vizinhas”, disse Cristo aos seus discípulos, “a fim de que eu pregue também ali, pois para isso é que eu vim” (*Marcos* 1:38). E quando ele ensinava ao povo, “ele ensinava como quem tem autoridade e não como os escribas” (*Marcos* 1:22). Como Profeta, Cristo reivindica falar com a autoridade plena do seu Pai (*João* 8:26-29; 12:49-50). Ele também predisse eventos futuros (*Mateus* 24-25; *Lucas* 19:41-44; 21).

Após sua ascensão, Jesus continua seu ministério profético por meio de seu Espírito, a quem enviou (*João* 14:26; 16:13). Esta obra começou primeiramente nos dias dos apóstolos, que foram chamados por Cristo (*Mateus* 10:1-4; *Atos* 1:1-2), e inspirados pelo Espírito de Cristo (*2Pedro* 1:20-21), para completar a escrituração da Palavra inerrante e infalível de Cristo (*2Timóteo* 3:16-17). Como declarado na *Confissão* (1:6), é nos 66 livros do Antigo e Novo Testamento somente que Cristo nos deu “todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem”. “As

Escrituras Sagradas, o Velho e o Novo Testamento”, diz o *Catecismo Maior* (Q 3), “são a Palavra de Deus, a *única* regra de fé e prática”.

Além disso, a obra profética de Cristo pós-apostólica continua agora na igreja através dos ministros do evangelho que fielmente pregam a Palavra de Cristo (*Mateus* 28:18-20). Como ensinado na *Confissão* (25:3):

A esta Igreja Católica Visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para congregamento e aperfeiçoamento dos santos nesta vida, até o fim do mundo, e pela sua própria presença e pelo seu Espírito, os torna eficazes para esse fim, segundo a sua promessa.

O ministério profético de Cristo tem a ver também com a aplicação e comunicação da salvação aos eleitos. Como declarado pela *Confissão* (8:8), ele realiza isto “revelando-lhes [aos eleitos] na palavra e pela palavra os mistérios da salvação, persuadindo-os eficazmente pelo seu Espírito a crer e a obedecer, dirigindo os corações deles pela sua palavra e pelo seu onipotente poder e sabedoria”.

Finalmente, a função profética de Cristo é evidente em seu papel como Criador e Sustentador do universo. Ele é o *Logos* divino que estava no princípio com o Pai (*João* 1:1-2). E “todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez” (versículo 3). Como foram “feitas todas as coisas”? Pela palavra profética de Cristo! Nas palavras do autor de *Hebreus*: “O universo formado pela palavra de Deus” (11:3). Como observado, o *Logos*, contudo, não é somente o Criador do universo; ele é também seu Sustentador. Cristo “sustenta todas as coisas pela palavra do seu poder” (*Hebreus* 1:3).

O Ofício de Sacerdote

Já vimos que no plano eterno de Deus de salvação, o propósito da encarnação de Cristo era que Deus fosse glorificado através da redenção dos eleitos.

Nas palavras do próprio Cristo, o Filho do Homem veio “para dar a sua vida em resgate por muitos” (*Marcos* 10:45); ele veio “buscar e salvar o perdido” (*Lucas* 19:10). Esta é a função sacerdotal de Cristo.

Na administração do Antigo Pacto, os sacerdotes viam da linhagem de Levi, em particular através de Aarão (*Números* 3; 18; *Hebreus* 7). Enquanto os profetas representavam Deus ao povo, os sacerdotes do Antigo Testamento representavam o povo diante de Deus, principalmente oferecendo ofertas e sacrifícios a Deus pelos pecados do povo (*Hebreus* 5:1). Desta forma, o sacerdócio Aarônico funcionava como intercessor. Mas o Antigo Testamento também predisse a vinda de um grande Sumo Sacerdote, que seria, não da linhagem de Levi, mas da ordem de Melquisedeque; e seu sacerdócio seria eterno: “O SENHOR jurou e não se arrependerá: Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque” (*Salmo* 110:4). Lemos no Novo Testamento que isto foi cumprido na Pessoa de Jesus Cristo (*Hebreus* 7), que era da tribo de Judá (7:14; *Mateus* 1:1-17).

O autor de *Hebreus* ensina que os sacrifícios de animais eram insuficientes para a remoção do pecado: “Entretanto, nesses sacrifícios faz-se recordação de pecados todos os anos, porque é impossível que o sangue de touros e de bodes remova pecados” (10:3-4). Antes, os muitos e repetidos sacrifícios (10:11), funcionavam como uma “sombra dos bens

vindouros” (10:1). Isto é, eles apontavam para a vinda do Messias e seu “único sacrifício pelos pecados, para sempre” (10:12). Como ensinado na *Confissão* (7:5), sob a dispensação do Antigo Testamento, o pacto de Deus “foi administrado por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascoal e outros tipos e ordenanças... prefigurando, tudo, Cristo que havia de vir”. O pecado poderia ser expiado somente pela obra redentora de Cristo na cruz (*Hebreus* 9:26-28). É devido somente à sua obra salvadora em favor dos eleitos que “de nenhum modo me lembrarei [eu, Deus o Pai] dos seus pecados e das suas iniquidades, para sempre” (*Hebreus* 10:17).

Uma das formas mais notáveis na qual a obra expiatória de Cristo é descrita no Antigo Pacto é vista no Dia de Expição de Israel. Em *Levítico* 16, lemos que uma vez por ano o sumo sacerdote entraria no Santo dos Santos para oferecer um sacrifício em favor da nação inteira de Israel. Havia dois “bodes” envolvidos nesta cerimônia elaborada. O sumo sacerdote oferecia o “bode do sacrifício” pelos pecados do povo. Ele então colocava suas mãos sobre o segundo bode (o “bode expiatório”), confessando os pecados da nação e transferindo simbolicamente estes pecados para o segundo bode. O “bode expiatório”, era então levado para o deserto, para fora do campo de Israel, significando que Deus não somente perdoava os pecados do povo, mas também não se lembrava mais destes pecados. A nação tinha “escapado” da penalidade do pecado.

É na obra redentora de Jesus Cristo na cruz que vemos o cumprimento do Dia da Expição. Ele cumpriu o papel de ambos os bodes. Cristo sofreu sobre a cruz pelos pecados dos eleitos, derramando seu sangue em favor deles (*Hebreus* 9:28). Mas ele foi crucificado fora do campo da cidade santa de Jerusalém (*Hebreus* 13:10-14), revelando através disso que através de sua obra sacerdotal os pecados do povo de Deus seriam tanto perdoados como nunca mais lembrados (*Hebreus* 8:12; 10:17). Tendo vivido uma vida sem pecado em obediência à lei de Deus (*Hebreus* 4:15; 5:8), cumprindo assim o pacto das obras pelos eleitos (*Romanos* 5:19), Cristo então morreu uma morte expiatória em favor deles (*Mateus* 1:21; *Efésios* 5:25). A justiça divina foi satisfeita (*Romanos* 5:1; 8:1; *Hebreus* 9:28).

Em seu papel sacerdotal, Jesus Cristo, como o Cordeiro de Deus imaculado, era tanto o sujeito como o objeto do sacrifício perfeito. Como vimos, em sua obra expiatória na cruz, a dupla imputação ocorreu: a justiça de Cristo foi imputada ao eleito, e seus pecados foram imputados a ele. Paulo escreve: “Aquele que não conheceu pecado, ele [Deus o Pai] o fez pecado por nós [os eleitos]; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus” (*2Coríntios* 5:21).⁶¹

A atividade sacerdotal de Cristo não cessou na cruz. Como o Senhor ascendido, vitorioso, ele agora está sentado à destra do Pai, onde continuamente intercede por sua igreja (*Romanos* 8:34; *Hebreus* 7:25; 9:24). Como ele faz isto? De acordo com o *Catecismo Maior* (Q 55):

Cristo faz a sua intercessão apresentando-se em nossa natureza continuamente perante o Pai no céu, pelo mérito da sua obediência e sacrifício cumpridos na terra, declarando ser a Sua vontade que seja aplicado a todos os crentes respondendo a todas acusações contra eles; adquirindo-lhes paz de consciência, não obstante as faltas diárias, dando-lhes acesso com confiança ao trono da graça e aceitação das suas pessoas e serviços.

⁶¹ A natureza da expiação será discutida mais adiante.

O fato que Jesus Cristo, como intercessor, está agora à destra do Pai, garante que as orações dos crentes genuínos serão ouvidas e respondidas. Como Calvino escreve: o Cristo ascendido está agora “realizando seu ofício como Sacerdote; pois pertence ao sacerdote interceder pelo povo, para que possam obter o favor de Deus. Isto é o que Cristo está fazendo”.⁶²

Esta é a razão pela qual Cristo ordenou que seu povo orasse em seu nome: “E tudo quanto pedirdes em meu nome, isso farei, a fim de que o Pai seja glorificado no Filho. Se me pedirdes alguma coisa em meu nome, eu o farei” (*João* 14:13-14). O que significa orar em nome de Cristo? O *Catecismo Maior* (Q 180) responde:

Orar em nome de Cristo é, em obediência ao seu mandamento e em confiança nas suas promessas, pedir a misericórdia por amor dele, não por mera menção de seu nome; porém derivando o nosso ânimo para orar, a nossa coragem, força e esperança de sermos aceitos em oração, de Cristo e sua mediação.

O Ofício de Rei

Em Roma, no lugar do Circus Maximus de Nero, onde muitos cristãos foram torturados e assassinados, havia uma pedra obelisco, na qual estavam esculpidas estas palavras: *Christus Vincit, Christus Regnat, Christus Imperat*, que significa: “Cristo está conquistando, Cristo está reinando, Cristo governa sobre todos”.⁶³ Nisto Cristo é o Rei. Quando a Bíblia fala do reinado de Cristo, ela o faz de duas formas. Primeiro, como divindade eterna, Cristo sempre foi e sempre será Rei sobre o seu universo criado (*Salmos* 10:16; 29:10; 47:2; 90:2). Ele é Rei por direito divino. Paulo fala disto em *Colossenses* 1:15-17:

Este [Cristo] é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação; ois, nele, foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas. Nele, tudo subsiste.

Segundo, os escritos do Antigo Testamento predizem a vinda de um monarca mediatório, redentor, que é espiritual em natureza (*Salmos* 2; 45; 72; 110; *Isaías* 2:2-4; 9:6-7; 11:1-12:6; 65:17-25; *Daniel* 2:31-45; *Miquéias* 4:1-8). Este reinado difere do reinado anterior, visto que um reinado mediatório e redentor é conferido ao Rei. No Novo Testamento lemos que na plenitude dos tempos, Jesus Cristo veio em cumprimento destas profecias, como Mediador e Redentor, para receber sua investidura messiânica (*Mateus* 28:18-20; *João* 1:49; *Efésios* 1:10-12, 20-23). Neste reino, num sentido especial, Cristo reina sobre a igreja. Em *Colossenses* 1:18-20 lemos:

Ele [Cristo] é a cabeça do corpo, da igreja. Ele é o princípio, o primogênito de entre os mortos, para em todas as coisas ter a primazia, porque aprouve a Deus que, nele, residisse toda a plenitude e que, havendo feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele, reconciliasse consigo mesmo todas as coisas, quer sobre a terra, quer nos céus.

⁶² John Calvin, *Commentaries*, Vols. I-XXII (Grand Rapids: Baker, 1981), *Commentary on Hebrews* 7:25.

⁶³ Esta pedra obelisco pode ser vista ainda hoje em frente da Basílica de São Pedro.

Como Rei da igreja (tanto do Antigo como do Novo Testamento), Jesus chama os eleitos deste mundo para se tornarem membros da sua igreja (*João* 10:16,27), e por meio do seu Espírito, ele reina neles (*1Coríntios* 3:16; 6:19-20; *2Coríntios* 6:16). Como Rei, Cristo dá à sua igreja oficiais (*Efésios* 4:11-12; *1Coríntios* 12:28), leis (*Isaías* 33:22; *James* 4:12), e censuras (*Mateus* 18:15-20; *1Coríntios* 5:4-5), pelos quais ele os governa. Como Rei, ele continuamente opera todas as coisas juntamente para o bem dos eleitos (*Romanos* 8:28). Cristo subjuga seus inimigos, guarda-os contra a tentação, e exercita o cuidado divino sobre cada parte da vida do seu povo (*Isaías* 32:1; 33:2; 66:12; *Mateus* 18:20; 28:20; *Romanos* 8:35-39; *1Coríntios* 15:25).

Jesus, contudo, não reina simplesmente sobre aqueles que o amam. Ele reina também sobre aqueles que estão em guerra contra ele (*Salmo* 2). Nas palavras do Salmista, Cristo governa “no meio dos teus inimigos” (*Salmo* 110:2). O próprio Jesus afirma que “toda a autoridade me foi dada no céu e na terra” (*Mateus* 28:18). Portanto, escreve Paulo, “todo joelho se dobrará... e toda língua confessará que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai” (*Filipenses* 2:9-11). E estamos certos que aqueles que não se submetem assim ao Senhorio de Cristo, pagarão a penalidade quando Cristo retornar “em chama de fogo, tomando vingança contra os que não conhecem a Deus e contra os que não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus” (*2Tessalonicenses* 1:8). Este sendo o caso, devemos entender que, embora haja uma relação íntima entre o reino de Deus e a igreja, os dois não são idênticos. Louis Berkhof declara corretamente que “a cidadania do reino é co-extensiva com o número de membros da igreja invisível. Seu campo de operações, contudo, é maior que o da igreja, desde que visa ao domínio sobre a vida em todas as suas manifestações”.⁶⁴

O “reino [mediatório] de Cristo e de Deus” (*Efésios* 5:5) tem dois aspectos: o já e o ainda não. George Ladd explica:

O reino é uma realidade presente (*Mateus* 12:28), e, todavia, é uma benção futura (*1Coríntios* 15:50). Ele é uma benção redentora espiritual interior (*Romanos* 14:17), que pode ser experimentada somente pelo novo nascimento (*João* 3:3), e, todavia, ele terá a ver com o governo das nações e do mundo (*Apocalipse* 11:15). O reino é uma esfera na qual os homens entram agora (*Mateus* 21:31), e, todavia, é uma esfera na qual eles entrarão amanhã (*Mateus* 8:11). Ele é ao mesmo tempo um dom de Deus que será concedido por Deus no futuro (*Lucas* 12:32), e, todavia, que deve ser recebido no presente (*Marcos* 10:15).⁶⁵

Durante seu ministério terreno, o próprio Jesus Cristo instruiu seus ouvintes com respeito aos aspectos já e ainda não do reino mediatório. Em *Mateus* 13, por exemplo, ele ensina as parábolas do reino. Ali lemos que o reino de Deus (ou céu), que a partir de uma perspectiva do Antigo Testamento era visto como uma unidade indivisa, realmente se desenvolve em duas fases. O primeiro estágio é um de graça (versículos 1-23, 44-46); o segundo de poder e glória (versículos 30, 40-43, 47-50). E, diz Jesus, durante o tempo entre seu primeiro e segundo advento, o reino crescerá e prosperará (versículos 31-33). Em seu primeiro advento (que inclui sua vida perfeita, morte, sepultamento e ressurreição), Jesus Cristo estabeleceu seu reino redentor e mediatório (*Mateus* 12:28; *Marcos* 1:15; *Tito* 2:11). Neste tempo, a história entre em seus últimos dias: “os últimos dias” (*Atos* 2:16-17; *Hebreus* 1:1-2). O tempo da consumação das eras começou (*1Coríntios* 10:11; *Hebreus* 9:26). Estes dias finais também são mencionados como “esta geração” (*Lucas* 16:8; *Gálatas* 1:4), “este presente século” (*1Timóteo* 6:17; *Tito* 2:12), “este tempo presente” (*Lucas* 18:30), “este tempo” (*Marcos* 10:30), “estes últimos tempos” (*1Pedro* 1:20), e a “última hora” (*1João* 2:18). Os santos do

⁶⁴ Louis Berkhof, *Systematic Theology* (Grand Rapids: Eerdmans, 1979), 409.

⁶⁵ George E. Ladd, *The Gospel of the Kingdom* (Grand Rapids: Eerdmans, 1974), 18.

Antigo Testamento ansiavam pelo que os santos do Novo Testamento testemunharam – a inauguração do reino de Cristo (1Pedro 1:10-12). Esta fase presente do reino de Cristo é uma fase de graça (Tito 2:11; Hebreus 9:28). Todavia, a Escritura também ensina que há uma segunda e futura fase para este reino, que será manifesta no segundo advento de Cristo (Mateus 25:31-46; Tito 2:13). Há ainda uma fase final, que é chamada de “esta era” (Lucas 20:35), “o século futuro” (Marcos 10:30; Hebreus 6:5), “o último tempo” (1Pedro 1:5), “o último dia” (João 6:39-40, 44, 54), “a última trombeta” (1Coríntios 15:52), “consumação do século” (Mateus 13:49; 28:20), e o “mundo que há de vir” (Hebreus 2:5). A segunda e final fase do reino de Cristo é uma fase de glória (Tito 2:13; Hebreus 9:28b).

Durante a era presente, o período inter-advento, Cristo está à destra do seu Pai, enquanto a igreja militante está cumprindo a grande comissão de Mateus 28:18-20. O reino de Cristo está avançando, à medida que seus inimigos estão sendo subjugados sob seus pés, pela pregação do Evangelho (Mateus 16:17-19; 1Coríntios 15:20-25; Hebreus 10:12-13).

Em conclusão, J. L. Dagg sumariza belamente nosso estudo dos ofícios de Jesus Cristo:

Os ofícios que Cristo desempenha em nosso favor são aqueles tidos na mais alta reputação entre os homens. Profetas, sacerdotes e reis têm sempre sido considerados dignos de honra. Deveríamos dar a mais alta honra a Cristo, que como um Profeta, é superior a Moisés; como um Sacerdote, é superior a Aarão; e como Rei, o Senhor de David. Estes ofícios, como exercidos por Cristo, merecem nossa honra, não somente por causa da excelência, mas também por causa da sua adaptabilidade a nós. Somos, por natura, ignorantes, culpados e depravados. Como ignorantes, precisamos de Cristo, o Profeta, para nos ensinar; como culpados, precisamos de Cristo, o Sacerdote, para fazer expiação por nós; e como depravados, precisamos de Cristo, o Rei, para governar sobre nós, e sujeitar todas nossas paixões rebeldes.⁶⁶

A Expição

Quando chegamos ao estudo da expiação, que é uma parte da obra sacerdotal de Cristo, chegamos ao próprio cerne da mensagem da Escritura. Há um sentido muito real no qual “alguém poderia chamar os Evangelhos de narrativas da paixão com introduções estendidas”.⁶⁷ Isto é, que a expiação era o propósito da encarnação. Como o próprio Cristo ensina, o Filho do Homem veio “para dar a sua vida em resgate por muitos” (Marcos 10:45). Calvino disse isso desta forma: “Enfim, em qualquer outro lugar a Escritura não consigna outra finalidade para a qual o Filho de Deus quis assumir nossa carne, e tenha também recebido este encargo da parte do Pai, senão que houvesse de tornar-se vítima para aplacar o Pai em relação a nós”.⁶⁸

É por esta razão que os inimigos de Cristo têm concentrado seus ataques sobre a expiação. Há várias teorias com respeito esta doutrina crucial. A visão bíblica, como ensinada pela *Confissão de Westminster* (8:5), é algumas vezes chamada de “visão da satisfação”, pois ela

⁶⁶ J. L. Dagg, *Manual of Theology* (Harrisonburg: Gano Books, 1990), 231.

⁶⁷ A citação é de Martin Kahler, *The So-called Historical Jesus and the Historic Biblical Christ*, traduzido por Carl E. Braaten (Philadelphia: Fortress Press, 1964), 48-49. Martin Kahler (1835-1912) foi um teólogo protestante alemão, e de forma alguma um amigo do Cristianismo ortodoxo. O uso da sua citação aqui não deve ser entendido como um endosso da sua teologia.

⁶⁸ Calvin, *Institutes* II:12:4.

mantém que o sacrifício vicário de Cristo satisfaz perfeitamente as justas demandas do Pai: “O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que pelo Eterno Espírito, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfaz plenamente à justiça do Pai”.

Antes de analisar a visão bíblica da expiação, caberá a nós dar uma visão geral de algumas das teorias errôneas:⁶⁹

A Teoria do Resgate para Satanás: Na igreja primitiva, Orígenes (aprox. 185-254), Gregório de Nyssa (aprox. 335-394) e outros defenderam que a morte de Cristo era um resgate, de acordo com *Marcos 10:45*, mas um resgate pago a Satanás, e não a Deus o Pai. Na barganha, Satanás tirou suas reivindicações de sobre a humanidade caída, e aceitou Cristo como um resgate no lugar deles. Contudo, Satanás descobriu que após a morte de Cristo, o mesmo não poderia ser mantido cativo, e escaparia do maligno na ressurreição. Então, Satanás ficou sem seus prisioneiros originais e sem Cristo como seu prisioneiro. Esta visão foi popular até os dias de Anselmo (1033-1109).

A Teoria Sociana: Esta visão foi desenvolvida no século dezesseis por Fausto e Laelius Socinus, e é sustentada hoje pelos Unitarianos. Nesta teoria não há nenhum sacrifício vicário da parte de Cristo, pois Deus não requer que o pecado seja assim punido. Antes, a obra de Cristo na cruz deve ser vista como um exemplo de amor e obediência genuína da parte dele. Em sua morte bem como em sua vida, Cristo é o perfeito modelo. Este exemplo deveria nos inspirar a fazer o mesmo, isto é, sermos tão dedicados quanto Cristo.

A Teoria da Influência Moral: Nesta visão, sustentada por homens tais como Pedro Abelardo (1079-1142) e Horace Bushnell (1802-1876), não há nenhuma idéia de pagamento sacrificial pelo pecado na morte de Cristo, pois o mesmo não é necessário. Antes, sua morte é uma demonstração perfeita do amor de Deus. Ela deveria conduzir os seres humanos ao arrependimento, e amolecer os seus corações para amar os outros.

A Teoria Mística: Esta visão, defendida por Friedrich Schleiermacher (1768-1834) e Edward Irving (1792-1834), alega, em efeito, que na encarnação de Jesus Cristo, a vida divina entrou na vida da humanidade em geral, com o propósito de elevá-la ao nível do divino. A mudança no homem, então, não é ética e objetiva; antes, é uma mudança mística e subjetiva no homem, através da qual ele mais e mais aprende a depender de Deus.

A Teoria da Morte de Deus: Esta visão, que também é conhecida como “teologia radical”, floresceu na metade do século vinte. De uma forma ou outra, ela tem tido diferentes defensores, tais como Paul Tillich (1886-1965) e Rudolf Bultmann (1884-1976). Quando estes teólogos falam da “morte de Deus”, eles não querem dizer que Deus uma vez existiu e então realmente morreu. O que normalmente quer-se dizer por a “morte de Deus” é que ele cessou de ter significância. Deus não é mais necessário. Por conseguinte, em efeito, ele nunca foi necessário, nem realmente alguma vez existiu. Contudo, outro pensador do século vinte, Thomas J. J. Altizer, ensina que Deus morreu na cruz na Pessoa de Cristo. O que Altizer quer dizer com isto, contudo, é que Deus cessou de existir como transcendente, e tornou-se meramente imanente, para o propósito de elevar a humanidade.

A Teoria Governamental: Esta visão, como exposta (germinalmente) por Tiago Armínio (1560-1609) e (mais plenamente por) seu estudante Hugo Grotius (1583-1645), afirma que

⁶⁹ Veja Louis Berkhof, *Systematic Theology*, 384-391; e Leon Morris, “Theories of the Atonement,” e S. N. Gundry, “Death of God Theology,” em *Evangelical Dictionary of Theology*, editado by Walter A. Elwell (Grand Rapids Baker, 1984), 100-102, 301-302.

Deus é o administrador do “governo” do universo. Deus toma o pecado seriamente, e ele é perfeitamente justo ao punir o pecado, pois a Queda do homem o desonrou. Mas Deus é capaz também de afrouxar a lei bem como a penalidade devida ao pecado. Isto é o que ele fez na morte de Cristo. Esta expiação, contudo, não paga a penalidade do pecado. Antes, ela é um exemplo apresentado para honrar a lei de Deus, e tornar a salvação possível para todos os homens. O que Cristo fez, ele fez por toda a humanidade, não apenas pelos eleitos. Esta é a visão adotada pelos Arminianos consistentes.

Teoria da Satisfação de Anselmo: Anselmo (1033-1109), Arcebispo de Canterbury, nos deu sua teoria da expiação em *Cur Deus Homo* (“Por que Deus se fez homem?”). Como Gordon Clark afirma, a explicação da expiação neste pequeno livro “foi um avanço notável na teologia”.⁷⁰ Mas ele ainda fracassou. Para seu crédito, Anselmo rejeitou a teoria do resgate para Satanás e viu a necessidade da satisfação da justiça divina na morte de Cristo. Deus tinha sido desonrado na Queda, e sua honra precisava ser restaurada. E isto, diz Anselmo, precisava ser feito, não por uma terceira parte, mas por alguém que era tanto Deus como homem (sem pecado). A morte sacrificial de Cristo teve valor infinito, e foi uma obra que fez mais do que era exigido. Assim, ela mereceu uma recompensa de proporções infinitas. Mas visto que Cristo não precisava desta recompensa, ela poderia ser dada a outros na forma de perdão de pecados e bênçãos eternas na presença de Deus. Tristemente, contudo, a visão de Anselmo também mantém que Cristo fez o que fez por toda a humanidade. Assim, nega-se a imputação imediata da obra de Cristo na cruz aos eleitos. Então também, esta visão diz pouco sobre a necessidade da obediência ativa de Cristo como um fator contribuinte na expiação.

O ensino bíblico sobre a expiação é sumarizado no capítulo 8 da *Confissão de Fé de Westminster*:

Aprouve a Deus em seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem, o Profeta, Sacerdote e Rei, o Cabeça e Salvador de sua Igreja, o Herdeiro de todas as coisas e o Juiz do Mundo; e deu-lhe desde toda a eternidade um povo para ser... remido... O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo... satisfaz plenamente à justiça do Pai, e para todos aqueles que o Pai lhe deu adquiriu não só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus... Cristo, com toda a certeza e eficazmente aplica e comunica a salvação a todos aqueles para os quais ele a adquiriu. Isto ele consegue... persuadindo-os eficazmente pelo seu Espírito a crer e a obedecer.⁷¹

Segue-se uma sinopse desta declaração sumária:

Primeiro, a expiação era absolutamente necessária. Tem havido alguns teólogos, tais como Agostinho (354-430) e Tomás de Aquino (1225-1274), que ensinaram o que é conhecido como a visão da “necessidade hipotética” da expiação. Esta teoria mantém que Deus poderia ter escolhido salvar seu povo eleito por algum outro meio que a morte vicária e sacrificial de seu Filho. Mas este não é o caso.

Há várias passagens que nos ensinam que, em seu eterno conselho, Deus determinou salvar seu povo eleito por meio da obra expiatória de Cristo na cruz, tornando assim a expiação

⁷⁰ Gordon H. Clark, *The Atonement* (Trinity Foundation, 1987), 81.

⁷¹ Veja Clark, *The Atonement*, 145. Dr. Clark aqui está combinando e sumarizando o capítulo 8 da *Confissão de Fé de Westminster*.

absolutamente necessária. Isto é, a necessidade absoluta da expiação de Cristo está baseada no conselho (sabedoria e vontade) eterno de Deus.⁷² Em *Marcos* 8:31, lemos que Jesus “começou a ensinar-lhes [seus discípulos] que era *necessário* [dei]⁷³ que o Filho do Homem sofresse muitas coisas, fosse rejeitado pelos anciãos, pelos principais sacerdotes e pelos escribas, fosse morto e que, depois de três dias, ressuscitasse”. Em *Lucas* 24:26, Jesus, por meio de uma pergunta retórica, novamente ensina que sua morte expiatória era absolutamente necessária: “Porventura, *não era necessário* [dei] que o Cristo padecesse e entrasse na sua glória?” (versão do autor). E o autor de *Hebreus* ensina a mesma coisa quando escreve: “Era necessário [*ananke*]⁷⁴, portanto, que as figuras das coisas que se acham nos céus se purificassem com tais sacrifícios [de animais], mas [era necessário que] as próprias coisas celestiais [fossem purificadas], com sacrifícios [a morte sacrificial de Cristo] a eles superiores” (9:23).

O muitíssimo familiar *João* 3:16 enfatiza fortemente que sem a morte de Cristo não haveria nenhuma salvação possível para os pecadores: “Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”. O mesmo é verdade de *Romanos* 8:31-32, onde o apóstolo Paulo argumenta a parte do “maior para o menor”, que Deus não reterá o que é menor [dar aos eleitos “todas as coisas”], se ele já deu o que é maior [seu Filho]: “Que diremos, pois, à vista destas coisas? Se Deus é por nós, quem será contra nós? Aquele que não poupou o seu próprio Filho, antes, por todos nós [os eleitos] o entregou, porventura, não nos dará graciosamente com ele todas as coisas?”. O próprio pensamento de que Deus “entregou” seu próprio Filho indica que não havia outra forma pela qual os pecadores pudessem ser salvos.

Isto pode ser inferido também a partir da oração de Jesus no Jardim do Getsêmani: “Meu Pai, se possível, passe de mim este cálice [da cruz]! Todavia, não seja como eu quero, e sim como tu queres” (*Mateus* 26:39). Devido ao fato que Jesus sempre orou de acordo com a vontade do Pai (*João* 11:41-42), parece que esta oração evidencia que não era possível para Jesus evitar a morte na cruz. Ela era absolutamente necessária.

Então, há a necessidade de um sacrifício de valor infinito, que poderia ter sido feito somente por alguém que fosse tanto Deus como homem: Jesus Cristo. Robert Reymond explica:

Todo pecado que uma pessoa comete carrega um desvalor infinito, isto é, todo pecado, porque viola o caráter santo do Deus infinito, merece o castigo infinito; e nenhuma compensação dada pelo pecador ao Legislador justo do universo jamais fará um ato de desobediência contra ele correto à sua vista, nem num milésimo grau. Mas se todo pecado é de desvalor infinito, então os meios de retribuição para este pecado, que a natureza santa de Deus demanda, deve ser necessariamente de infinito valor, fato esse que exclui qualquer oferta à santidade ofendida de Deus que não a obra infinitamente eficaz de Cristo no Calvário.⁷⁵

Por estas razões, a grande maioria dos teólogos Reformados defende o que é chamado de a “necessidade absoluta conseqüente” da morte expiatória de Cristo. Nas palavras de John Murray:

⁷² Calvin, *Institutes* II:12:1.

⁷³ O verso impessoal *dei*, traduzido aqui como “deveria” (NT: versão do autor), enfatiza a “necessidade” da ação descrita – neste caso, o sofrimento de Cristo.

⁷⁴ O substantivo *ananke*, traduzido aqui como “necessário”, também enfatiza a “necessidade” da ação descrita.

⁷⁵ Reymond, *A New Systematic Theology of the Christian Faith*, 666.

A palavra “conseqüente”, nesta designação, se refere ao fato de que a vontade de Deus ou o decreto para salvar alguém é de livre e soberana graça... Os termos “necessidade absoluta”, porém, indicam que Deus, tendo elegido alguns para a vida eterna, segundo o seu livre beneplácito, se sentiu na obrigação [devido ao seu conselho eterno – WGC] de cumprir este propósito através do sacrifício de seu próprio Filho, uma obrigação que emanou das perfeições da sua própria natureza.⁷⁶

Segundo, a expiação foi um sacrifício vicário e penal. A Bíblia ensina que a obra de Cristo na cruz foi sacrificial em natureza. Em *1Coríntios* 5:7 lemos: “Porque Cristo, nossa páscoa, foi sacrificado por nós” (ARC). Em *Efésios* 5:2 Paulo escreve que Cristo “nos amou e se entregou a si mesmo por nós, como oferta e sacrifício a Deus, em aroma suave”. E o autor de *Hebreus* afirma que Cristo veio “para aniquilar, pelo sacrifício de si mesmo, o pecado” (9:26).

Mas não somente foi a expiação uma obra de sacrifício; ela foi um sacrifício vicário ou substitutivo. Isto é ensinado nos dois primeiros versículos citados no parágrafo precedente (*1Coríntios* 5:7 e *Efésios* 5:2), onde Paulo declara especificamente que o sacrifício de Cristo foi “por nós”.⁷⁷ Cristo deu sua vida pela igreja eleita. Ele sofreu de maneira vicária em seu favor. Isto é visto também em passagens tais como *Marcos* 10:45, onde somos informados que Cristo veio “para dar a sua vida em resgate por [anti] muitos”; e *2Coríntios* 5:21, onde lemos que Cristo foi feito “fez pecado por [huper] nós [os eleitos]”.

E terceiro, não somente foi a expiação um sacrifício vicário, mas foi um sacrifício no qual Cristo pagou uma penalidade; foi um sacrifício penal. Cristo não era uma terceira parte na expiação. Como Deus, ele era a parte ofendida. E visto que Deus não está sob a lei (*Isaías* 33:22; *Tiago* 4:12), e visto que ele é impassível (*Malaquias* 3:6), somente como homem Cristo poderia cumprir a lei (em sua obediência ativa) pelos eleitos, e sofrer o peso da penalidade devida ao seu povo.

Cristo, então, sofreu a penalidade devida aos eleitos por seus pecados. Diz Paulo: “Àquele [Cristo] que não conheceu pecado, [ele, Deus o Pai] o fez pecado por nós [para suportar nossa penalidade]; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus” (*2Coríntios* 5:21); e novamente: “Cristo nos [os eleitos] resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição [ele suportou a penalidade] em nosso lugar” (*Gálatas* 3:13).

Terceiro, a expiação foi um sacrifício feito de uma vez por todas. O Pentateuco está repleto de passagens que nos ensinam que, sob a administração do Antigo Testamento, os sacrifícios estavam sendo continuamente oferecidos a Deus. Mas em contraste, o sacrifício de Cristo foi uma ocorrência “de uma vez por todas”. O autor de *Hebreus* afirma: “E assim todo sacerdote [do Antigo Testamento] aparece cada dia, ministrando e oferecendo muitas vezes os mesmos sacrifícios, que nunca podem tirar pecados; mas este [Cristo], havendo oferecido um único sacrifício pelos pecados, está assentado para sempre à destra de Deus” (10:11-12). Então, em *Romanos* 6:9-10; *Hebreus* 7:27; 9:12,28; 10:10; e *1Pedro* 3:18, aprendemos a mesma coisa. Nestes versículos, o grupo de palavras gregas *hapax*, *ephapax* (“uma vez”) fala da natureza irrepitível do sacrifício de Cristo; ele é uma expiação “de uma vez por todas”.

⁷⁶ John Murray, *Redemption: Accomplished and Applied* (Grand Rapids: Eerdmans, 1955, 1980), 12.

⁷⁷ Este escritor está bem ciente do fato que (tristemente) o versão do Texto Crítico de *1Coríntios* 5:7 não tem “por nós”. Este escritor, contudo, é um defensor da versão do Texto Tradicional ou Majoritário do Novo Testamento, e não do Texto Crítico. Contudo, o Texto Crítico tem “por nós” em *Efésios* 5:2.

Quarto, a expiação é uma obra de reconciliação (*Romanos* 5:10-11; *2Coríntios* 5:17-21; *Efésios* 2:14-17). Em *Romanos* 5:10-11 lemos:

Porque, se nós, quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte do seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida; não apenas isto, mas também nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por intermédio de quem recebemos, agora, a reconciliação.

A reconciliação pressupõe tanto a alienação divina como humana. Isto é, tanto Deus como o homem estavam alienados um do outro. A alienação de Deus, certamente, é uma alienação santa e justificável, devido ao pecado do homem contra ele. A alienação do homem, por outro lado, é ímpia e injustificável. Quando diz respeito à reconciliação, então, a preocupação primária na Escritura é a alienação de Deus. E o ato reconciliatório de Cristo é mais particularmente direcionado a Deus em propósito. John Murray escreve:

Quando examinamos a Escritura mais detalhadamente, descobrimos que... não é nossa inimizade contra Deus que se destaca na reconciliação, e, sim, a alienação de Deus para conosco. Esta alienação da parte de Deus se origina, deveras, do nosso pecado; é o nosso pecado que desperta esta reação de sua santidade. Porém, é a alienação de Deus para conosco que se destaca na reconciliação, seja ela considerada em termos de ação ou de resultado.⁷⁸

Quinto, a expiação é uma obra de redenção: Jesus Cristo “deu a si mesmo por nós [os eleitos], para nos *remir* de toda iniquidade e purificar para si um povo seu especial, zeloso de boas obras” (*Tito* 2:14, ARC). O conceito de redenção pressupõe cativo. Pecadores culpados devem um débito de pecado a Deus (não Satanás). E o pecador em cativo precisa ser redimido com o preço de um resgate. De acordo com a Escritura, a obra expiatória de Cristo pagou este preço: “Porque fostes [a igreja] comprados por *preço*” (*1Coríntios* 6:20); e o preço foi pago como um resgate: “Pois o próprio Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em *resgate* por muitos” (*Marcos* 10:45). E este resgate foi pago ao Pai, que ressuscitou Cristo dos mortos, através disso, significando, em parte, a aceitação do resgate. Na redenção, Cristo é o sujeito, e os eleitos são os objetos.

Sexto, como já vimos, a expiação é baseada no pacto que Deus estabeleceu com os eleitos (*Hebreus* 9:15-18). Como ensinado na *Confissão de Westminster* (7:3):

O homem, tendo-se tornado pela sua queda incapaz de vida por esse pacto [das obras], o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por Jesus Cristo, exigindo deles a fé nele para que sejam salvos; e prometendo dar a todos os que estão ordenados para a vida [os eleitos] o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer.

Significativamente, o significado raiz da palavra grega para pacto, *diatheke*, é “um colocar ou estabelecer entre dois”.⁷⁹ Assim, etimologicamente, um *diatheke* bíblico tem como seu propósito trazer duas partes inimigas de volta a um “at-one-ment”⁸⁰ [“em-um-acordo”].

⁷⁸ Murray, *Redemption: Accomplished and Applied*, 34.

⁷⁹ A. T. Robertson, *A Grammar of the Greek New Testament in the Light of Historical Research* (Nashville: Broadman Press, 1934), 580.

⁸⁰ Nota do tradutor: *Atonement* significa expiação em inglês.

Sétimo, a expiação tem seu ponto de partida no livre amor de Deus em Cristo. Em *João 3:16* lemos: “Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”. E novamente em *1João 4:10*: “Nisto consiste o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados”. Isto é o mesmo que dizer: Deus não ama seu povo eleito por causa de algo neles; nem ele os ama porque Cristo morreu por eles. Antes, é porque Deus amou eternamente o seu povo que ele enviou seu Filho para fazer expiação pelos seus pecados.

Oitavo, a expiação foi um ato voluntário da parte de Cristo. Como declarado na *Confissão* (8:4): “Este ofício [de Mediador] o Senhor Jesus empreendeu mui voluntariamente”. E o próprio Cristo afirma: “Ninguém a [sua vida] tira de mim; eu espontaneamente a dou” (*João 10:18*).

Nono, a expiação foi um sacrifício propiciatório. Há quatro ocorrências no Novo Testamento onde a palavra grega para “propiciação”, quer na forma verbal ou substantiva, é usada com respeito à obra expiatória de Cristo: *Hebreus 2:17* (*hilaskomai*), *Romanos 3:25* (*hilasterion*), *1João 2:2* e *4:10* (*hilasmos*). Propiciação pressupõe a ira divina. E é a expiação que desvia a ira de Deus.

Alguns eruditos, tais como Albrecht Ritschl (1822-1889) e C. H. Dodd (1884-1973), têm argumentado que a expiação é uma obra expiatória (uma remoção dos pecados), mas não uma obra de propiciação (o desviar a ira de Deus). A razão apresentada é que Deus não está irado com o pecado humano; por conseguinte, não há nenhuma necessidade de uma obra propiciatória de expiação. As versões *Revised Standard Version* e a *New English Bible* estão em concordância com esta análise. Assim, em suas respectivas traduções dos quatro versículos citados acima, a palavra “propiciação” não aparece.

O testemunho da Escritura, contudo, é claro. Deus está irado com o pecado e os pecadores. E sua ira deve ser desviada, se o homem há de ser salvo. A obra expiatória de Cristo na cruz realizou justamente isso. Ela tirou o pecado, e apaziguou a ira divina, satisfazendo assim a justiça divina (*Romanos 3:21-26*; *5:1-10*). John Murray afirma corretamente:

É suficiente lembrar que a essência do julgamento de Deus contra o pecado é sua ira, seu santo horror contra o que é contradição de si mesmo... Se Cristo vicariamente suportou o julgamento de Deus sobre o pecado — e negar isto é tornar sem sentido seu sofrimento até a morte e particularmente seu abandono no Calvário — então eliminar deste julgamento o que pertence à sua essência, é minar a idéia de suportar o pecado vicariamente e suas conseqüências. Assim, a doutrina da propiciação não deve ser negada nem modificada em nenhum grau.⁸¹

A primeira referência da cruz, então, não é direcionada ao homem, mas a Deus. Assim, Cristo é o sujeito, e o Pai é o objeto na propiciação.

Décimo, a obra expiatória de Cristo na cruz foi uma obra de destruição do reino do mal. Jesus confrontou os inimigos do povo de Deus, e na destruição deles, emergiu como vitorioso. Ele derrotou Satanás (*Hebreus 2:14-15*; *1João 3:8*), a morte (*1Coríntios 15:54-57*;

⁸¹ John Murray, *Collected Writings of John Murray* (Edinburgh: Banner of Truth Trust, 1977), II:145.

2Timóteo 1:10), o pecado (*João* 1:29; *Romanos* 6:1-11) e o mundo (*João* 1:29; 16:33). John Murray escreve:

Nesta relação é mais do que significativo que a obra de Cristo, que é tão central em nossa fé cristã, é essencialmente uma obra de destruição que termina com o poder e obra de Satanás. Esta não é uma característica periférica ou incidental da redenção. É um aspecto integral da sua realização. Nosso próprio Senhor, à medida que se aproximava do Calvário, disse: ‘Chegou o momento de ser julgado este mundo, e agora o seu príncipe será expulso’ (*João* 12:31).⁸²

Décimo primeiro, a obra de Cristo na cruz foi suficiente para salvar todos os homens, mas eficiente para salvar somente os eleitos. Isto é, ela foi ilimitada em poder, mas limitada ou particular em extensão.⁸³ A *Confissão* (8:5) diz isso desta forma: “O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que pelo Eterno Espírito, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfaz plenamente à justiça do Pai, e *para todos aqueles que o Pai lhe deu* adquiriu não só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus”.

Quando é dito que a morte de Cristo foi suficiente para salvar todos os homens, isto significa que, tivesse sido este o seu desígnio, Cristo não teria que sofrer mais ou menos do que realmente sofreu. Assim, a dignidade intrínseca da morte de Cristo é ilimitada em escopo.

Todavia, a expiação de Cristo é eficiente em sua importância salvífica somente para os eleitos de toda tribo, língua e nação (*João* 11:51-52; *Apocalipse* 5:9). Isto é ensinado de várias formas na Escritura. A linguagem da Escritura é particular quando ela fala dos beneficiários da expiação. Eles são mencionados como seu “povo” (*Mateus* 1:21), suas “ovelhas” (*João* 10:11,15), seus “amigos” (*João* 15:13), sua “igreja” (*Atos* 20:28; *Efésios* 5:25), os “eleitos” (*Romanos* 8:31-34) e seus “corpo” (*Efésios* 5:23). Agora, é verdade que estas declarações de particularidade não excluem logicamente uma universalidade. Mas ao mesmo tempo, elas claramente indicam que Jesus Cristo mantém um tipo de relacionamento com este povo diferente daquele que ele tem com os outros. Também, deveríamos perguntar se é racionalmente consistente crer que a morte de Cristo foi salvificamente eficaz, mesmo para aqueles que foram para o inferno no tempo em que ele foi crucificado (tais como os homens e mulheres que foram destruídos em Sodoma e Gomorra; *Gênesis* 19; *Judas* 7)?

Então também, somos informados na Escritura que Cristo não ora “pelo mundo, mas por aqueles que me deste [o Pai], porque são teus” (*João* 17:9). E somente suas ovelhas ouvem e conhecem sua voz, e o seguem (*João* 10:4,14,26-27).

A Bíblia também deixa claro que Cristo morreu uma morte que realmente mereceu salvação para o seu povo. Em *Hebreus* 9:12, por exemplo, lemos que “pelo seu próprio sangue, [ele, Cristo] entrou no Santo dos Santos, uma vez por todas, *tendo obtido eterna redenção*”. Este versículo claramente ensina que aqueles por quem Cristo morreu “obtiveram redenção eterna”. Por conseguinte, se Cristo morreu para salvar toda a humanidade, como ensinado por alguns Arminianos, então todos os homens deveriam necessariamente ser salvos. Mas o testemunho da Escritura é muito claro que todos os homens não serão salvos

⁸² Murray, *Collected Writings*, II:68.

⁸³ Esta doutrina de extensão “limitada” é o “L” do “limited atonement” [expiação limitada] no acróstico calvinista TULIP.

(veja *Mateus* 25:31-46; *Atos* 1:25; *Judas* 7; *Apocalipse* 20:11-15). Portanto, Cristo não poderia ter morrido para salvar toda a humanidade.

Finalmente, há o fato de que os três membros da Trindade sempre trabalham juntos em perfeita harmonia (*1Coríntios* 14:33; *Malaquias* 3:6). Isto é necessariamente verdade, pois as três Pessoas da Divindade têm somente uma vontade, um plano e um decreto eterno. Eles nunca trabalham em divergências uns com os outros.

Este sendo o caso, não é concebível que a Segunda Pessoa da Divindade agiria fora de acordo com as outras duas Pessoas. Isto é, visto que o Pai escolheu somente alguns indivíduos para serem salvos (*Efésios* 1:4); e visto que o Espírito regenera e sela somente um certo número de pessoas (*Tito* 3:5-6; *Efésios* 1:13-14); então a obra expiatória do Filho não poderia ter sido infinita na eficácia salvífica. Cristo morreu somente por aqueles a quem o Pai escolheu – aqueles que serão regenerados e selados pelo Espírito: os eleitos.

Os Arminianos são prontos em apontar que há várias passagens na Bíblia que usam uma terminologia universal. Isto é, elas falam de Cristo morrendo por “todas” as pessoas, e pelo “mundo”. Mas quando exegeticamente examinadas, estas passagens de fato não ensinam uma expiação universal.

Primeira de Timóteo 2:1-6, como um exemplo das passagens com “todas” as pessoas, afirma que “o Homem Cristo Jesus... a si mesmo se deu em resgate por todos” (versículos 5-6). Mas isto deve ser interpretado em harmonia com os versículos anteriores, onde lemos que devemos orar por “todos os homens” (versículo 1), e que Deus “deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade” (versículo 4). Agora, é abundantemente óbvio que Paulo não está ensinando que Deus realmente deseja a salvação de toda a humanidade, visto que então todos os homens seriam salvos. Pois “nenhum dos teus [de Deus] planos pode ser frustrado” (*Jó* 42:2). Além disso, como vimos, há passagens na Bíblia que nos ensinam que Deus não deseja a salvação de toda pessoa (*Atos* 1:25; *Mateus* 7:21-23; 25:31-46). E há passagens que dizem que Deus escolheu somente certos homens para salvação (*Efésios* 1:4-5; *Romanos* 8:28-30; 9:14-23). Estas coisas sendo assim, parece melhor interpretar a passagem como Calvino faz, ou seja, que Deus deseja a salvação dos eleitos entre todos os tipos de homens, sem distinção de tribo, língua e nação. E estes eleitos de toda tribo, língua e nação são aqueles por quem Cristo “deu a si mesmo como resgate”.⁸⁴

Segunda de Pedro 3:9 é outro desses versículos: “Não retarda o Senhor a sua promessa, como alguns a julgam demorada; pelo contrário, ele é longânimo para convosco (*hemas*), não querendo que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento”. Mas o próprio versículo explica quem são os “nenhum” que o Senhor não deseja que pereçam; eles são o “nós” – a igreja eleita de Cristo.

Primeira de João 2:2 é um exemplo daqueles versículos que declaram que Cristo morreu pelo “mundo”. O versículo traz o seguinte: “E ele [Cristo] é a propiciação pelos nossos pecados e não somente pelos nossos próprios, mas ainda pelos do mundo inteiro”. Quem são aqueles que englobam “o mundo inteiro”? Como ensinado em *João* 11:52-53 e *Apocalipse* 5:9, devemos entender que Cristo morreu por pessoas, não simplesmente entre os judeus, mas de toda tribo, língua e nação. Cristo é “o Salvador do mundo” (*João* 4:42). Não há nenhuma necessidade de manter que este versículo ensina que a expiação de Cristo foi

⁸⁴ Calvin, *Commentary on 1 Timothy* 2:1-6.

salvificamente universal em escopo. Antes, como John Murray declara, é sobre um “universalismo étnico” que João está falando.⁸⁵

Como declarado por Loraine Boettner, a conclusão do assunto é que, com respeito à eficácia salvífica da expiação de Cristo, “ela foi uma obra objetiva realizada na história, que removeu todas as barreiras legais contra aqueles a quem ela foi aplicada”.⁸⁶ E eles são os eleitos de Deus.

⁸⁵ Murray, *Redemption: Accomplished and Applied*, 73.

⁸⁶ Loraine Boettner, *The Reformed Faith* (Phillipsburg: Presbyterian and Reformed, 1983), 13.

Apêndice: Exclusivismo Cristão ⁸⁷

O exclusivismo cristão, que tem sido a visão das igrejas reformadas e biblicamente ortodoxas ao longo dos séculos, é o ensinamento de que (1) Jesus Cristo é o único Salvador, e que (2) é essencial crer nele para ser salvo. Essa ótica está admiravelmente apresentada no *Breve Catecismo de Westminster* (Q. 21), na *Confissão de Fé de Westminster* (10:4; 14:2) e no *Catecismo Maior de Westminster* (Q. 60), como segue:

O único Redentor dos eleitos de Deus é o Senhor Jesus Cristo.

Outros, não eleitos, embora possam ser chamados pelo ministério da Palavra, e possam receber algumas operações comuns do Espírito, ainda assim nunca virão verdadeiramente a Cristo, e, pois, não podem ser salvos. Muito menos poderão os homens, sem professar a religião cristã, ser salvos de qualquer outra forma, por mais diligentes que sejam em enquadrar suas vidas à luz da natureza [revelação geral] e à lei da religião que seguirem. E afirmar e sustentar que eles possam, é muito pernicioso, e deve ser rejeitado.

Mas os principais atos da fé salvadora são: aceitar, receber e descansar apenas em Cristo para a justificação, santificação e vida eterna, em virtude da aliança da graça.

Aqueles que, por nunca terem ouvido o evangelho, não conhecem a Jesus Cristo e não crêem nele, não podem ser salvos... tampouco sua salvação está em qualquer outro, mas só em Cristo, que é o único Salvador de seu corpo, a Igreja.

Há um grande número de passagens bíblicas que ensinam o exclusivismo cristão. Quatro das mais explícitas a respeito são: *João* 3:16-18,36; 14:6; *Atos* 4:12; *1 Timóteo* 2:5.

João 3:16-18,36: “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Porquanto Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que julgasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele. Quem nele crê não é julgado; o que não crê já está julgado, porquanto não crê no nome do unigênito Filho de Deus... Por isso, quem crê no Filho tem a vida eterna; o que, todavia, se mantém rebelde contra o Filho não verá a vida, mas sobre ele permanece a ira de Deus”.

Esses versículos dificilmente poderiam ser mais claros. Os que crêem em Cristo têm a vida eterna, e os que não crêem nele estão condenados. A fé em Jesus Cristo é um *sine qua non* da salvação. Não se pode ser salvo sem essa fé.

João 14:6: “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim”. Aqui, nas palavras do próprio Cristo, aprendemos que ele é o único caminho para o Pai. “Ninguém vem ao Pai se não for por” Jesus Cristo. Mais uma vez, as palavras não poderiam ser mais claras. Aqueles que não conhecem a Jesus não podem ser salvos. William Hendriksen escreve o seguinte a respeito desse versículo: “Tanto o absoluto

⁸⁷ Nota do tradutor: Este apêndice foi apenas revisado por mim, visto que tinha sido anteriormente traduzido por Ariel Sullivan, exclusivamente para o Monergismo.

[exclusivismo] da religião cristã como a urgente necessidade das missões cristãs estão claramente indicados”.⁸⁸

Atos 4:12: “E em nenhum outro [que Jesus Cristo] há salvação; porque também debaixo do céu nenhum outro nome há, dado entre os homens, pelo qual devamos [grego *dei*] ser salvos”. As palavras de Pedro, registradas por Lucas, são tão diretas e exclusivistas quanto as que lemos no evangelho de João. Cristo é o único Salvador. Segundo Simon Kistemaker:

A palavra *devamos* [*dei*] revela uma necessidade divina que Deus instituiu, de acordo com o seu plano e decreto, para salvar-nos [os eleitos] mediante a Pessoa e obra de Jesus Cristo. Além disso, esse *dei* significa que o homem está sob a obrigação moral de responder à chamada para crer em Jesus Cristo e, assim, obter a salvação. Ele não tem outro meio de salvação senão o Filho de Deus.⁸⁹

1Timóteo 2:5: “Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem”. Aqui, nas palavras do apóstolo Paulo, assim como existe apenas *um* Deus vivo e verdadeiro, existe também apenas “*um* Mediador entre Deus e os homens,” e esse Mediador é o homem Cristo Jesus. Em outras palavras, não há outra maneira pela qual os homens podem ser salvos, exceto mediante Jesus Cristo. Charnock escreveu:

Cristo é declarado o único Mediador no mesmo sentido em que Deus é declarado o único Deus. Assim como só existe um Criador do homem, só existe um Mediador para os homens. Como Deus é o Deus de todos os que morreram antes que Cristo viesse, bem como de todos quantos morreram depois, assim também Cristo é o mediador de todos os que morreram antes de Sua vinda e também de todos que viram o Seu dia. Eles tinham ou Cristo como seu Mediador, ou algum outro; mas algum outro eles não poderiam ter, porquanto só existe um. Eles poderiam também ter tido outro criador além de Deus, tanto quanto poderiam ter outro mediador além do Mediador Cristo Jesus... Há somente um Deus desde a eternidade; somente um Mediador, cuja mediação tem a mesma data que a fundação do mundo, e corre paralela a esta.⁹⁰

Muito embora a verdadeira Igreja de Cristo tenha sempre sustentado a visão do exclusivismo cristão, sempre tem havido os que se opõem a ela. Infelizmente, os adversários do exclusivismo cristão, até dentro das igrejas, estão aumentando hoje. Ronald Nash escreve que:

Antigamente os cristãos se identificavam pela crença absoluta em Jesus Cristo como o único e suficiente Salvador do mundo. Mas a unidade dos cristãos [professos] desapareceu. Hoje muitos que se dizem cristãos escolhem entre três respostas fundamentalmente diferentes à pergunta, “Jesus é o único Salvador?” As respostas podem ser declaradas sucintamente assim: “Não!”; “Sim, mas...”; “Sim, ponto!”⁹¹

⁸⁸ William Hendriksen, *New Testament Commentary: Exposition of the Gospel According to John*. (Baker [1953] 1954), II:269.

⁸⁹ Simon J. Kistemaker, *New Testament Commentary: Exposition of the Acts of the Apostles* (Baker, 1990), 156.

⁹⁰ Citado pelo editor in John Calvin, *Commentaries*, Volumes I-XXII (Baker, 1981), Commentary on 1 Timothy 2:5n.

⁹¹ Ronald H. Nash, *Is Jesus the Only Savior?* (Zondervan, 1994), 9. Apesar de o presente escritor não concordar com tudo ensinado pelo Dr. Nash em seu livro, ele o achou extremamente útil no trato deste tema. Várias percepções do Dr. Nash foram incorporadas a este artigo.

A resposta negativa (“Não!”) é dada pelos chamados pluralistas. Pluralistas, como John Hick,⁹² negam tanto (1) Jesus Cristo como o único Salvador, como (2) que é essencial crer nele para se ser salvo. A salvação, dizem, pode vir por qualquer uma das várias religiões mundiais, e por qualquer um dos vários salvadores. Hick explica: “Não existe meramente um caminho, mas uma pluralidade de caminhos de salvação... os quais ocorrem de formas diferentes, nos contextos de todas as grandes tradições religiosas”.⁹³

Basta dizer que a posição adotada pelos pluralistas religiosos está tão obviamente em desacordo com os ensinamentos da Escritura, que não pode, racionalmente, ser considerada uma visão “cristã” de modo algum. Ou seja, se *João* 3:16-18,36; 14.6; *Atos* 4:12 e *1Timóteo* 2:5 são de fato os ensinamentos da Escritura (o que são mesmo), então não existe possibilidade de haver outro Salvador além de Jesus Cristo. E se o cristianismo for a única religião verdadeira (o que é mesmo), então todas as outras religiões são falsas. Simples assim. O “pluralismo cristão” é uma contradição de termos. O pluralismo soteriológico é anticristão. Jesus afirma isso da seguinte maneira: “Aquele que não está comigo é contra mim, e o que comigo não ajunta, espalha” (*Lucas* 11:23).

Existe, no entanto, um número crescente de pensadores declaradamente cristãos, como Gavin D’Costa,⁹⁴ Clark Pinnock⁹⁵ e John Sanders,⁹⁶ que respondem à pergunta “Jesus é o único Salvador?” com uma afirmativa condicionada: “Sim, mas...” Esse grupo adere ao conhecido “inclusivismo cristão”. Os inclusivistas respondem que “Sim”, Jesus é de fato o único Salvador, “mas” eles dizem que as pessoas não necessitam saber de Cristo ou crer nele para receber os benefícios de sua obra redentora. Ou seja, como Nash corretamente expõe, os inclusivistas “distinguem entre a *necessidade ontológica* da obra de Cristo como redentor e a afirmação separada de que sua obra redentora seja *epistemologicamente necessária*”.⁹⁷ O inclusivista John Sanders explica:

Os não-evangelizados são salvos ou perdidos com base em seu comprometimento, ou falta dele, ao Deus que salva mediante a obra de Cristo. [Os inclusivistas] acreditam que a apropriação da graça salvadora é mediada pela revelação geral e pelas obras providenciais de Deus na história humana. Resumidamente, os inclusivistas afirmam a particularidade e finalidade da salvação apenas em Cristo, mas negam que o conhecimento de Sua obra seja necessário à salvação.⁹⁸

O inclusivismo está se tornando a visão predominante no Catolicismo Romano. Como indica Nash, esse movimento é uma herança do Concílio Vaticano II (1962-1965), no qual se concluiu que: “Também podem conseguir a salvação eterna aqueles que, não tendo nenhuma imputabilidade, desconhecem o evangelho de Cristo ou sua Igreja, embora sinceramente procurem a Deus e, movidos pela graça, esforcem-se sozinhos por fazer a Sua vontade, conforme lhes seja conhecida pelos ditames da consciência”.⁹⁹

Obviamente, então, a auto-revelação de Deus pela revelação geral é crucial na teoria inclusivista. Pois esse é o meio (alegado) pelo qual Deus leva alguns à salvação sem fé em

⁹² Cf. John Hick, *God Has Many Names* (Westminster, 1982), and *Problems of Religious Pluralism* (St. Martin's Press, 1985).

⁹³ Hick, *Problems of Religious Pluralism*, 34.

⁹⁴ Gavin D’Costa, *Theology and Religious Pluralism* (Basil Blackwell, 1986).

⁹⁵ Clark Pinnock, *A Wideness in God's Mercy* (Zondervan, 1992).

⁹⁶ John Sanders, *No Other Name* (Eerdmans, 1992).

⁹⁷ Nash, *Is Jesus the Only Savior?*, 23.

⁹⁸ Sanders, *No Other Name*, 215.

⁹⁹ Nash, *Is Jesus the Only Savior?*, 108-109.

Cristo. Portanto, dizem os inclusivistas, também existe uma distinção necessária entre “crentes” e “cristãos”. Os primeiros estão salvos porque puseram sua fé em Deus; os últimos, por outro lado, estão salvos porque puseram sua fé em Cristo.¹⁰⁰

Existem algumas dificuldades nisso. Primeiro, a Bíblia não faz distinção entre os crentes e os cristãos. Isto é, os crentes são chamados de crentes porque crêem em Cristo (*João* 3:16-18,36). Além disso, aprendemos na Escritura que “quem nega o Filho também não tem o Pai; [mas] quem confessa o Filho tem também o Pai” (*1João* 2:23; cf. *João* 5:23). Saulo de Tarso é um exemplo de um “crente em Deus” que era tão diligente em seu judaísmo que negava o cristianismo a ponto de perseguir a Igreja de Cristo (*Atos* 9:1-3; 22:1-5; 26:1-11). Porém, até ser confrontado por Jesus Cristo e convertido no caminho de Damasco (*Atos* 9:3-19; 22:6-16; 26:12-18), ele se considerava o principal dos pecadores perdidos (*1Timóteo* 1:12-16; cf. *Filipenses* 3:3-16).

Em segundo lugar, a Escritura ensina que, embora a revelação geral mostre Deus como criador, deixando então os homens indesculpáveis (*Romanos* 1:18-21; 2:14-15), não o mostra como Salvador. A Escritura é imprescindível para o conhecimento da redenção (*Romanos* 1:16-17; 10:17), conforme sumarizado na *Confissão de fé de Westminster*:

Apesar de a luz da natureza e as obras da criação e providência até agora manifestarem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, a fim de deixar os homens indesculpáveis, são todavia insuficientes para dar o conhecimento de Deus e de sua vontade que seja necessário para a salvação. Portanto aprouve ao Senhor, em diversas épocas e de muitas maneiras, revelar-se e declarar sua vontade para a sua Igreja; e depois, para a melhor preservação e propagação da verdade, para a mais segura instituição e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e a malícia de Satanás e do mundo, outorgou sua verdade completamente por escrito; o que faz a Sagrada Escritura indispensável.

Sendo assim, a teoria dos inclusivistas fracassa completamente. A Bíblia nega o inclusivismo e claramente ensina o exclusivismo cristão: “Quem nele [em Cristo] crê não está condenado, mas quem não crê já está condenado, por não crer no nome do unigênito Filho de Deus... Quem crê no Filho tem a vida eterna; quem não crê no Filho jamais verá a vida, mas a ira de Deus permanece sobre ele” (*João* 3:18, 36). Falando simplesmente, o inclusivismo, como o pluralismo, não é uma visão cristã de forma alguma. Por negar os ensinamentos claros da Escritura, ele é anticristão.

¹⁰⁰ Sanders, *No Other Name*, 224-225.